UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

DANILO DA SILVA LABORDA

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO: UM ANÁLISE TEÓRICO-EMPÍRICA SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA EAUFBA

Salvador
2007

Danilo da Silva Laborda

PERCEPÇÕES SOBRE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO CORPO DISCENTE DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro.

Co-Orientador: Prof. Dr. José Célio Silveira Andrade.

Salvador
2007

L123f

Laborda, Danilo da Silva
Empreendedorismo e inovação: uma análise teórico-empírica sobre a percepção dos alunos da EAUFBA. / Danilo da Silva Laborda. Salvador: D. S. Laborda, 2007.

102 f.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2007.

1. Empreendedorismo. 2. Inovação. 3. Sistema Nacional de Inovação. 4. , Escolas de Administração. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Ribeiro, Maria Teresa Franco. III. Título.

CDD: 658.4

Esta dissertação é dedicada a **Maira**, pelas incontáveis horas de apoio e companheirismo durante o longo tempo que durou a execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A defesa desta dissertação é o início de uma nova etapa da minha vida, por certo muito mais feliz e coerente com os meus sonhos, aptidões e aspirações.

Agradeço a meus pais, **Jorge e Sônia**, que me ensinaram a ser um homem de caráter, a meu avô, **João César**, pelas boas lembranças que tenho de toda uma vida, a minha avó, **Clarice**, por todo o incentivo, e por ser um exemplo para mim de como se deve viver.

A meus irmãos, **Daniel** e **Luciane**, e a minha sobrinha **Carolina**, por fazem parte de uma família maravilhosa.

A meu novo velho amigo, **Márcio Cardoso**, simplesmente por eu conseguir estar aqui escrevendo estes agradecimentos.

A minha orientadora, professora **Maria Teresa**, pela sua paciência e por suas contribuições.

Ao professor **José Célio**, por sua competência, atenção e disponibilidade no desenvolvimento desta dissertação.

Finalmente, a cada um dos meus **queridos amigos**, de todos os caminhos, que não vou citar nomes pela possibilidade de um lapso de memória, que colocaram toda energia positiva nesta intenção e que, estando próximos ou distantes, torceram para que este momento chegasse.

MUITO OBRIGADO!

"A vida é uma viagem experimental, feita involuntariamente. É uma viagem do espírito através da matéria, e como é o espírito que viaja, é nele que se vive. Há, por isso, almas contemplativas que têm vivido mais intensa, mais extensa, mais tumultuariamente do que outras que têm vivido externas. O resultado é tudo. O que se sentiu foi o que se viveu. Recolhe-se tão cansado de um sonho como de um trabalho visível. Nunca se viveu tanto como quando se pensou muito. Quem está no canto da sala dança com todos os dançarinos. Vê tudo, e, porque vê tudo, vive tudo."

Fernando Pessoa

RESUMO

Esta pesquisa buscou conhecer a percepção dos alunos do último ano do curso de graduação em administração da EAUFBA sobre questões relacionadas ao empreendedorismo e a inovação. De forma mais específica, buscou-se investigar, mediante o resultado da construção de mapas cognitivos e de respostas a questões quantitativas, o grau de associação existente entre os conceitos de empreendedorismo e de inovação, as percepções sobre os desafios da instituição e do seu corpo docente no processo de incentivo ao empreendedorismo e de integração da EAUFBA ao Sistema Nacional de Inovação. Além disso, mapeou-se o grau de adesão da amostra a iniciativas empreendedoras, bem como o grau de inovatividade dos projetos, tipos de inovação existentes e motivos para o não engajamento nas iniciativas empreendedoras. A análise dos dados coletados apontou que o grau de associação entre os conceitos de empreendedorismo e inovação ainda é baixo, que o corpo docente é visto como o grande responsável pelo incentivo ao engajamento em iniciativas empreendedoras e que a percepção da importância das redes de integração entre diversas instituições para o desenvolvimento do empreendedorismo e da inovação ainda ocorre de maneira incipiente. O percentual da amostra envolvido em iniciativas empreendedoras, 17,1% chega a surpreender positivamente, considerando que a pesquisa captou também a ausência de um viés de estímulo ao empreendedorismo na estratégia educacional da instituição. Os resultados obtidos por esta pesquisa reforçam a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o posicionamento da EAUFBA como uma das principais instituições responsáveis na região nordeste pelo desenvolvimento do moderno profissional em administração.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Inovação, Sistema Nacional de Inovação, Escolas de Administração.

ABSTRACT

This research aimed to find out the perception of the students of the last year of EAUFBA about questions related to innovation and entrepreneurship. More specifically, using cognitive maps and quantitative questions, this research aimed to measure the degree of integration between the concepts of innovation and entrepreneurship, the perception about the challenges involved in stimulate the growth of entrepreneurship activities within EAUFBA, and also about the challenges to integrate the institution and the SNI. Additionally, the degree of participation in entrepreneurship activities was investigated. The results pointed to a lack of perception about the symbiosis between the concepts of entrepreneurship and innovation, a weak degree of participation in entrepreneurship activities, and that faculty has great importance in stimulate the interest in this field. The results also outlined the urgency into promote a deeply discussion about this subject inside the institution, aiming to establish a new educational strategic approach.

Keywords: Innovation, Entrepreneurship, National Innovation Systems, Business Schools.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Diamante da competitividade nacional	37
Figura 2.	Triângulo de Sabato	49
Figura 3.	Hélice Tripla	50
Figura 4.	Modelo de Análise	60
Figura 5.	Escala comparativa de associação do conceito de empreendedorismo	65
Figura 6.	Mapa cognitivo. Papel da EAUFBA no estímulo ao empreendedorismo	68
Figura 7.	Mapa cognitivo. Papel do professor no estímulo ao empreendedorismo	70
Figura 8.	Mapa cognitivo. Maiores obstáculos da EAUFBA no incentivo ao empreendedorismo	73
Figura 9.	Avaliação dos elementos de incentivo ao empreendedorismo presentes na EAUFBA	76
Figura 10.	Desafios para a integração da EAUFBA ao SNI	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição das idades da amostra 63

Gráfico 2. Distribuição da ocupação da amostra 64

Gráfico 3. Grau de adesão dos alunos a projetos inovadores 80

Gráfico 4. Motivos para não adesão a projetos inovadores. 81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Empreendedorismo. Grau de relação com modelos de gestão, de negócio, produtos ou processos inovadores 65

Tabela 2. Grau de inovatividade dos projetos 80

Tabela 3. Grau de adesão a projetos inovadores 81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APLs	Arranjos produtivos locais
BA	Bahia
EAUFBA	Escola de Administração da UFBA
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
NEI	Nova economia institucional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PMEs	Pequenas e médias empresas
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
SNI	Sistema nacional de inovação
SRI	Sistema regional de inovação.
TICs	Tecnologias de Informação e comunicação

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**14**
2	**REFERENCIAL TEÓRICO**	**22**
2.1	A economia institucionalista	22
2.2	Inovação e competitividade	31
2.3	A era da economia do aprendizado e os sistemas de inovação	39
2.4	Características do empreendedor schumpeteriano	52
3	**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**	**59**
4	**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**	**63**
4.1	Perfil da amostra	63
4.2	Percepção da relação entre de empreendedorismo e Inovação	64
4.3	Papel da EAUFBA no fomento ao empreendedorismo	66
4.4	Papel do professor na construção de um espaço favorável ao desenvolvimento do processo inovador e de ações empreendedoras	69
4.5	Maiores obstáculos encontrados pela instituição no incentivo ao empreendedorismo	71
4.6	Avaliação dos elementos de incentivo ao empreendedorismo e a inovação presentes na EAUFBA	74
4.7	Desafios para integração da EAUFBA ao SNI	77
4.8	Grau de adesão a projetos inovadores e características gerais dos mesmos	79
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**83**
	REFERÊNCIAS	**94**
	APÊNDICE	**95**

1 - Introdução:

Este trabalho procurará compreender a percepção do corpo discente da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia em relação ao conceito de empreendedorismo e a sua relação com o a prática da inovação, avaliar a percepção dos entrevistados sobre o conceito de Sistemas de Inovação, bem como mapear o seu grau de engajamento em iniciativas empreendedoras.

Para a realização desta dissertação partimos de uma premissa geral, construída através da interpretação de conceitos provenientes de trabalhos de importantes autores, a saber: Schumpeter (1949 e 1961), Porter (1990), North (1993 e 2003), Nelson (2006), Dosi (2006), Metcalfe (2003) e Saviotti (2000).

Tal premissa é de que o desenvolvimento econômico de uma região ou nação tem como um dos seus principais pilares o nível de competitividade de seus setores produtivos. Tal competitividade, por sua vez, tem como um dos seus principais impulsionadores a capacidade de determinado setor em adotar inovações em produtos, serviços, processos, gestão ou em descobrir novos mercados. Ainda segundo esta premissa, as inovações são introduzidas no setor produtivo via função empreendedora[1], e são fruto da interação entre diversos atores institucionais que, ao agirem de forma complementar entre si, propiciam um ambiente favorável à adoção das inovações.

[1] Conceito construído por Joseph Schumpeter (1949), que traduz a função atribuída ao empreendedorismo para o desenvolvimento econômico.

Logo, instituições, inovação, empreendedorismo, competitividade e desenvolvimento econômico são conceitos intimamente ligados, ou melhor, são conceitos indissociáveis. Entende-se também que o estímulo ao empreendedorismo e a inovação no âmbito dos países e regiões é ação imprescindível, e deve ser efetuado através de um sistema articulado, do qual devem fazer parte instituições públicas e privadas.

A Universidade, como componente um Sistema Nacional Inovação, SNI, junto com o governo e as empresas (ETZKOWITZ, H. LEYDESDORFF, 1998); e as Escolas de Administração, como instituições inseridas dentro do contexto universitário, podem contribuir para a construção de um clima fávoravel à ação empreendedora do seu corpo discente.

Considera-se que este trabalho, ao analisar a percepção do corpo discente da EAUFBA sobre os conceitos de empreendedorismo, SNI e o papel da universidade no estímulo à inovação, é contribuição importante para incentivar a discussão sobre as ações desta escola enquanto instituição pública co-responsável pelo desenvolvimento da comunidade em geral.

A percepção da comunidade em geral sobre o importante papel do empreendedorismo, gera uma crescente atenção dos meios acadêmicos e empresariais em relação ao tema. Multiplicam-se as publicações e os estudos a respeito do assunto e proliferam cursos de administração e negócios que dizem serem voltados para o desenvolvimento do indivíduo empreendedor. A complexidade do tema e a compreensão dos diversos fatores que favorecem a

ação empreendedora são importantes em várias agendas de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento. Portanto este trabalho trata de um tema bastante atual.

Vale destacar duas conseqüências da crescente atribuição de importância ao empreendedorismo. A primeira, positiva, foi um amplo incremento de estudos, pesquisas e iniciativas neste campo. Teóricos da administração e de outras ciências passaram a se dedicar ao tema, tendo os estudos e as pesquisas realizadas, bem como as aplicações dos mesmos, contribuído para o avanço do processo inovacional. A adoção de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, de que são exemplos a criação de ambientes propícios a estes, tais como *clusters* de inovação e arranjos produtivos locais, APLs; a implementação de novas formas de gestão de P&D nas empresas, a criação de entidades públicas e privadas que trabalham especificamente com o fomento a prática inovadora, o desenvolvimento de novas políticas de proteção à propriedade intelectual, o desenvolvimento de políticas e produtos de crédito para financiar pesquisas sobre inovação e empreendimentos inovadores, a criação de novas formas societárias que facilitam a aplicação de recursos nos mercados de empresas inovadoras, de que são exemplos os fundos de *venture capital,* enfim, pode-se citar uma série de ações de fomento ao empreendedorismo que tiveram lugar nos últimos anos.

A segunda conseqüência, controversa, foi o desvirtuamento ao longo do tempo do próprio conceito de empreendedorismo. De fato, as concepções do que seja

empreendedorismo variam entre autores, acadêmicos, empresários, pesquisadores e organizações:

> *"O uso generalizado e freqüente da palavra não significa que haja clareza ou consenso em relação ao conteúdo do conceito de empreendedorismo. Pelo contrário, parece mais fácil encontrar entusiasmo do que rigor teórico".* Maculan (2005).

Ao contrário da indissociabilidade entre o conceito de empreendedorismo e o conceito de inovação adotado pela escola schumpeteriana[2], que permeia o nosso viés teórico, alguns autores, profissionais liberais e organizações, incluem também no conceito de empreendedorismo, a simples estruturação ou implantação de um novo negócio, serviço, processo ou forma de gestão, independentemente do seu caráter inovador.

Ou seja, existe uma corrente que entende que pratica a atividade empreendedora aquele que simplesmente implementa uma nova empresa, produto, processo ou forma de gestão, mesmo que estes não carreguem nenhum fator de inovação em seu conteúdo.

O Global Entrepreneurship Monitor - GEM 2003[3] conceitua empreendedorismo da seguinte forma:

---

[2] Escola de economistas cujo precursor é Joseph Schumpeter.

[3] O **GEM – Global Entrepreneurship Monitor** – é uma pesquisa internacional liderada pela London Business School e o Babson College (EUA) cuja proposta é avaliar o empreendedorismo no mundo a partir de indicadores comparáveis. Desde 1999, quando realizou seu primeiro ciclo, até hoje, o estudo envolveu mais de 40 países de todos os continentes e dos mais variados graus de desenvolvimento econômico e social, tornando-se a investigação de maior escopo em sua área.

> *"Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento, como por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa, ou a expansão de um empreendimento existente, por um indivíduo, grupos de indivíduos ou por empresas já estabelecidas".* GEM (2003).

Para o GEM (2003), portanto, o conceito de empreendedorismo abrange tanto iniciativas empresariais inovadoras, quanto iniciativas empresariais não inovadoras.

O SEBRAE, que possui relevantes serviços prestados em relação ao fomento ao empreendedorismo, possui amplo escopo de atuação, atuando tanto em relação ao fomento do chamado empreendedorismo inovador, quanto no fomento a simples abertura de novas empresas.

Por ocasião do IV EGEPE – Encontro Brasileiro sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas -2005, Maculan cita:

> *"Inicialmente, constata-se que nos projetos das instituições universitárias e governamentais, não se estabelece a distinção entre o empreendedor inovador e o criador de pequena empresa"* Maculan (2005)

A afirmação de Maculan traduz as divergências existentes em relação ao conceito, evidenciando o que se considera uma área ainda nebulosa em relação ao tema empreendedorismo.

A preocupação em mencionar as diferentes interpretações existentes em relação ao conceito de empreendedorismo obviamente não se restringe à mera questão semântica. Com base na própria percepção sobre o conceito de empreendedorismo, as organizações, públicas ou privadas, criam as políticas e os mecanismos correspondentes de incentivo à criação de novos empreendimentos, desenvolvimento de produtos, serviços e modelos de gestão.

E preciso ter em mente que o ambiente institucional necessário para incentivar a criação de empresas inovadoras é muito mais complexo do que o requerido para o incentivo à criação de empresas que não têm na inovação o seu principal vetor de criação de valor.

Entende-se que o ponto de partida para a efetiva avaliação do potencial de contribuição de uma instituição ao processo de fomento ao empreendedorismo é própria percepção dos seus atores em relação a este conceito.

As Universidades são instituições chave para o desenvolvimento de iniciativas inovadoras, visto que são responsáveis pela formação da elite intelectual do país. A EAUFBA é uma instituição de grande tradição na formação de administradores no nordeste e no Brasil, sendo referência em educação no nosso país. Profissionais oriundos da EAUFBA serão responsáveis por decisões empresariais e governamentais que poderão, por certo, afetar políticas futuras de desenvolvimento empresarial e estatal. Captar a percepção

do corpo discente da EAUFB acerca de temas de relevância, tais como empreendedorismo e inovação, é importante tema de investigação.

O nosso esforço de pesquisa, portanto, pode ser traduzido de maneira ampla no seguinte problema de pesquisa: Qual a percepção do corpo discente do último ano do curso de graduação em Administração da EAUFBA sobre os conceitos de empreendedorismo, inovação e Sistema Nacional de Inovação, e qual o atual grau e engajamento deste mesmo corpo discente em iniciativas empreendedoras?

Para responder a esta pergunta, este trabalho partiu dos seguintes pressupostos:

a) Não existe uma visão predominante do corpo discente em relação a uma estrita articulação entre os conceitos de empreendedorismo e inovação.

b) Os alunos, na sua maioria, percebem a EAUFBA como pobre em recursos para o incentivo ao empreendedorismo.

c) O professor é visto como importante motivador dos alunos em relação ao empreendedorismo.

d) A introdução do conceito de SNI, leva os discentes a evocarem a existência de lacunas na inserção da EAUFBA com o mesmo, principalmente em relação

à pesquisa e à associação da instituição com o governo e com as empresas privadas.

e) O engajamento em projetos e organizações que incentivem o empreendedorismo é menor do que 5% da amostra.

f) O foco da maioria dos projetos inovadores está na concepção de um serviço inovador.

g) O principal motivo para a não adesão a projetos inovadores é devido ao fato de que o empreendedorismo simplesmente não é o foco profissional da amostra.

Para analisar o problema de pesquisa aqui proposto, utilizou-se a metodologia de coleta de dados através de questões fechadas e questões abertas, efetuando-se análises estatísticas das respostas, além da elaboração e interpretação de mapas cognitivos. Paras melhor detalhamento ver item 3.

A estrutura da dissertação compõe-se de introdução, revisão da literatura, procedimentos metodológicos, avaliação dos resultados e considerações finais.

2 – Referencial Teórico

2.1 - A Economia Institucionalista

A base para o entendimento de que é relevante captar a percepção de atores de determinada organização sobre os temas empreendedorismo e inovação está na teoria econômica institucional.

A teoria econômica institucional, segundo Conceição (2001), pode ser dividida em linhas gerais, entre três distintas abordagens: O velho institucionalismo, o novo institucionalismo e a chamada NEI, nova economia institucional. Embora estas três correntes apresentem distinções teóricas, existe, segundo Conceição (2001), um núcleo conceitual central na teoria institucional. Esta idéia central, considera as instituições, sejam estas concebidas como normas de comportamento, normas institucionais ou padrão de organização das firmas, como os principais determinantes do desempenho e da evolução da economia.

Dentre os principais autores da economia institucionalista, incluídas todas as suas correntes, podemos citar, segundo Conceição (2001), Ronald Coase, Jonh Commons, Giovanni Dosi, Richard Nelson, Douglass North, e Thorstein Veblen, que é considerado o pai das idéias institucionalistas.

Nelson (2006), mencionando algumas definições sobre instituições usadas pelos principais economistas que pesquisam sobre o assunto, aponta que estas podem ser resumidas em: regras gerais de funcionamento e

comportamento de uma coletividade, estruturas legais e governamentais existentes, e a maneira como as organizações são estruturadas e gerenciadas. Na opinião de Nelson (2006) o ponto crucial é o fato de que as instituições afetam os comportamentos dos indivíduos, e, ao mesmo tempo, são influenciadas pelo comportamento dos mesmos.

É fundamental mencionar que, o conceito de instituição adotado neste trabalho, construído com base nas contribuições de importantes autores da economia institucionalista, tem no seu sentido estrito a consideração de que o mesmo está ligado ao comportamento dos indivíduos e grupos de indivíduos e suas formas de perceber, interpretar, organizar-se e influir no ambiente, gerando assim conseqüências econômicas. Considera-se aqui também como instituição em sentido lato, uma organização específica, visto que a sua atuação em relação a comunidade reflete os padrões que seus membros coletivamente adotam para perceber, interpretar e atuar, criando uma identidade própria para a mesma.

Ainda segundo Nelson (2006) o objetivo de todos os economistas que pesquisam nesta área é entender a influência do comportamento dos agentes e das instituições na atividade econômica dos países.

Como exemplo de atuação das instituições sobre o desenvolvimento econômico, Nelson (2006) cita o exemplo dos caminhos de desenvolvimento seguidos pelos Estados Unidos e pela União Soviética entre aos anos 70 e os anos 90 e a forma de desenvolvimento institucional nestes países. O autor diz

que, a despeito do alto investimento em capital humano e físico na União Soviética nos anos 70, o desenvolvimento econômico desta não logrou o resultado esperado, principalmente devido a sua organização institucional. Já os Estados Unidos lograram êxito ao desenvolver uma pujante economia em que as antigas grades corporações passaram a conviver com empresas oriundas da atividade empreendedora e de rápido crescimento, notadamente as empresas de alta tecnologia, que foram impulsionadas pelo desenvolvimento da indústria financeira e pelo intercâmbio com as universidades. As formas como as instituições se desenvolveram e atuaram na economia para gerar estes resultados é a explicação de Nelson (2006) para os diferentes caminhos de desenvolvimento trilhados pelos dois países.

O principal responsável pelo desenvolvimento econômico dos Estados Unidos entre o período de 1970 e 1983, segundo Drucker (1986) foi o comportamento empreendedor atribuído aos criadores de médias empresas, que cresceram em média três vezes mais rápido do que a média das 500 maiores da revista Fortune[4]. Conclui-se que Drucker (1986) atribui, dentre outros fatores, à atuação institucional, na forma do desenvolvimento de uma cultura empreendedora, a principal responsabilidade pelo desempenho econômico americano no período.

> *"Realmente, os exemplos que explicam porque o empreendimento se torna eficaz, provavelmente, não são, em si, eventos econômicos. As causas, possivelmente, estariam nas mudanças em valores, percepções, atitudes, talvez mudanças demográficas, em instituições..." Drucker (1986)*

[4] Segunda maior revista de negócios em circulação nos Estados Unidos, depois da Forbes.

De fato, posturas teóricas da teoria econômica neoclássica, tais como a da racionalidade ilimitada dos indivíduos, a preocupação com o estabelecimento de modelos que buscam o equilíbrio estável ou o ajustamento marginal, a consideração da inovação como algo essencialmente natural e dado, e a abordagem estática da economia, são radicalmente modificados pela corrente institucionalista. (Hodgson *apud* Conceição, 2001).

Para os economistas neoclássicos a tecnologia era vista como um instrumento a ser escolhido pelas firmas para que estas pudessem maximizar a sua função de produção, e a estrutura institucional era assumida como elemento essencialmente dado. (Arend e Cario, 2005).

North (1993), que considera as instituições formadoras da estrutura de incentivos de uma sociedade, afirma que os modelos usados pelos neoclássicos para descrever o funcionamento das economias, apesar da sua elegância, desprezavam a atuação das instituições no processo econômico, não explicando também os mecanismos de desenvolvimento econômico; além de desprezarem a ação do tempo enquanto agente que permite a incorporação do processo de aprendizagem institucional às decisões econômicas:

> *"As instituições formam a estrutura de incentivos de uma sociedade e, portanto, as instituições políticas e sociais são determinantes fundamentais do desempenho econômico. O tempo, enquanto se relaciona com as mudanças econômicas e sociais, é a dimensão na qual atuam o processo de aprendizagem dos homens e a maneira que se desenvolvem as*

> *instituições. Isto é, as crenças que mantém os indivíduos, os grupos e as sociedades e que determinam as suas preferências ao longo do tempo, são conseqüências da sua aprendizagem"..."As instituições são imposições criadas pelos homens e estruturam e limitam suas interações. Compõem-se de imposições formais (por exemplo, regras, leis, constituições), informais (por exemplo, normas de comportamento, convenções, códigos de conduta auto-impostos) e suas respectivas características impositivas. Em conjunto, definem a estrutura de incentivos das sociedades e especificamente das economias."* North (1993) Tradução livre.

Além disso, considerar a economia de forma estática é não dar espaço para a atividade empreendedora, na medida em que esta consideração remete à idéia de que os fatores de produção são previamente conhecidos, sendo o principal desafio da economia, nesta visão, a alocação destes de forma a suprir as necessidades dos agentes econômicos. A economia, se considerada como estática, extingue a possibilidade de combinação inovadora dos fatores existentes, função do empreendedor. (Baumol, 1968 apud Metcalfe, 2003).

Para a corrente Institucionalista, a economia e a sua dinâmica de transformação estão intrinsecamente ligadas a fatores que transcendem a racionalidade estática do comportamento econômico neoclássico. As instituições de uma sociedade, entendidas aqui como um conjunto de regras, crenças, valores, hábitos, formas de agir e pensar são elementos endógenos a dinâmica da economia.

Segundo Arend e Cario (2005), as organizações, se consideradas como agentes econômicos, não somente são influenciadas pelas instituições, como

também por estas constituídas. Logo, uma diferença importante em relação ao modelo neoclássico, seria de que sociedades diversas, constituídas por instituições diversas, apresentam diversos caminhos de desenvolvimento, respeitadas as suas peculiaridades institucionais.

Na corrente Institucionalista, além da diversidade do comportamento humano ser levada em consideração como fator intrínseco a dinâmica da economia, ressalta-se a importância da introdução de novas ciências que auxiliem o entendimento do processo de desenvolvimento econômico:

> "*Assim, ao contrário dos modelos padrão, aonde a racionalidade dos indivíduos é dada, o institucionalismo é constituído sobre a psicologia, antropologia, sociologia a outras áreas de pesquisa sobre como as pessoas se comportam*" (Hodgson *apud* Arend e Cario, 2005).

North (1993) corrobora com a idéia de que a percepção individual dos membros de determinada organização, no seu agregado, influencia no processo de mudança econômica.

> "*A mudança econômica é um processo ubíquo, progressivo e incremental que é conseqüência das decisões que, de maneira individual tomam no dia a dia os atores e empresários de organizações*". North (1993).

A idéia exposta acima leva à premissa de que a percepção de membros da EAUFBA enquanto organização, sobre temas como empreendedorismo e

inovação, é determinante da sua forma de agir, pensar e evoluir em relação a estes conceitos.

O importante a destacar aqui é que os aspectos institucionais são parte diretamente atuante no processo de desenvolvimento econômico, seja considerando as firmas e organizações, em sentido lato, como instituições, seja considerando instituição um conjunto de hábitos, crenças, costumes e regras da sociedade como um todo. Entende-se, portanto, a partir da concepção institucionalista, que o desenvolvimento econômico é o resultado da co-evolução produtiva e institucional. (Metcalfe, 2003).

Um ponto crucial levantado por Nelson (2006) é sobre a possibilidade ou não de construir instituições de forma planejada, com o objetivo de lograr o bom desempenho da economia. De acordo com a análise do autor os economistas que pesquisam sobre o tema têm opiniões diferentes sobre esta questão. Para John R. Commons, por exemplo, instituições podem ser planejadas de forma a influir deliberadamente no bom desempenho econômico, enquanto que para Frederick Hayek, as instituições evoluem de acordo com um processo incontrolável. Ainda segundo Nelson (2006), alguns autores como Douglas North, por exemplo, mudam suas opiniões ao longo do tempo sobre o mecanismo de mudança e desenvolvimento institucional.

Nelson (2006) diz que a possibilidade ou não de planejamento institucional depende de que tipo de instituição se está considerando, além de que o

processo de mudança, tanto planejado, quanto não planejado, ocorre simultaneamente.

> *"A mudança depende do tipo de instituição analisada. O desenvolvimento de leis formais obviamente depende de uma ação deliberada do governo. Geralmente existe um debate sobre o que a lei deve ser e sobre o processo formal de decisão. Por outro lado a evolução do costumes geralmente é altamente descentralizada e qualquer mudança planejada tende a ser míope. Mas pode também ser um erro considerar os dois processos aqui descritos como completamente separados."* Nelson (2006). Tradução livre.

Vale expor aqui o conceito de "path dependence", citado por North (2003), que é a noção de que as mudanças ocorridas nas instituições são, via de regra, incrementais, e dependem as percepções prévias dos agentes acerca da realidade e das limitações impostas pelas próprias instituições. O seja, a história importa.

North (2003) considera haver um fluxo retro-alimentado (path dependence), que é o mecanismo de mudança das instituições. Para North (2003) este fluxo começa com as percepções individuais dos agentes sobre a realidade, o que desemboca na constituição das crenças e ideologias. Estas crenças e ideologias, por sua vez, são a base para criação das instituições e do que o autor chama de matriz institucional.

O conceito de matriz institucional remete à idéia da correlação existente entre as diversas instituições de uma determinada nação ou região, que gera diferentes caminhos em relação ao seu desenvolvimento.

Dosi (2006) corrobora com a idéia da necessidade de eficácia da matriz institucional para o crescimento econômico sustentado:

> "*Todas as experiências históricas de desenvolvimento econômico sustentado – Começando pelo menos com a revolução industrial inglesa – foram possíveis graças a uma rica combinação de instituições, que se complementavam, dividindo normas de comportamento e políticas públicas. De fato, as instituições e normas sociais aparentam ser uma propriedade universal de toda forma de organização coletiva que conhecemos*". Dosi (2006). Tradução livre.

2.2 - Inovação e competitividade:

O principal objetivo desta seção é demonstrar que as inovações são importantes para o aumento da competitividade[5] de uma empresa, região ou país. O mais relevante é perceber que algumas inovações irão proporcionar a conquista e o aumento de participação nos mercados em que atuam as organizações adotantes. Logo, existe a necessidade e se pensar deliberadamente no estímulo a inovação como um dos pilares da competitividade.

O conceito de inovação, assim como o de empreendedorismo, é bastante discutido, e chegar a uma definição única do que seja inovar é algo bastante complexo. Existe evidentemente um senso comum que diz que inovação é algo relacionado ao novo. Mas o que pode ser considerado novo? Sob que ponto de vista? O quanto, por exemplo, uma empresa deve acrescentar de elementos inovadores no seu ambiente para ser considerada inovadora? De que forma se pode inovar em uma organização? Como classificar as inovações? Essas questões, levantadas por Moreira e Queiroz (2007, cap 1), evidenciam a grande complexidade em relação ao tema.

Uma dimensão importante em relação ao conceito de inovação diz respeito ao seu ineditismo. Podemos considerar inovação algo que não é inédito para a

[5] Segundo Paul Krugman, professor de economia do MIT, Massachussets Institute of Technology, competitividade é a capacidade de uma firma, setor ou pais vender ou suprir bens ou serviços em um determinado mercado com vantagem em relação a outras firmas, setores ou países.

sociedade como um todo, mas apenas para o âmbito da organização que a adota?

Zaltman, Duncan e Holbek (*apud* Moreira e Queiroz, 2007), por exemplo, consideram que basta que uma nova idéia seja implementada, mesmo que seja somente percebida como nova para a unidade de produção que a adota, para que seja considerada uma inovação.

Já a definição cunhada pela comunidade econômica européia (Moreira e Queiroz, 2007) considera inovação somente uma solução inédita para o mercado como um todo:

> *"...inovação é tomada como sendo um sinônimo para produção, assimilação e exploração com sucesso de novidades nas esferas econômicas e sociais....Oferece novas soluções para problemas e assim torna possível satisfazer as necessidades tanto do indivíduo como da sociedade." Grifo nosso. European Comission (Apud* Moreira e Queiroz, 2007*).*

No conceito Schumpeteriano[6], inovações são unicamente aquelas cujo ineditismo é absoluto, ou seja, uma novidade ainda não adotada por nenhuma empresa.

Esta revisão, no entanto, não tem como foco efetuar uma discussão mais aprofundada sobre essa vertente do assunto. Consideramos na nossa pesquisa que é uma inovação todo produto, processo, serviço, modelo de

[6] Conceito de inovação cunhado por Schumpeter (1961)

gestão ou descoberta de novos mercados, desde que a mesma seja inédita no âmbito da instituição que a adota. Esta afirmação baseou-se nas considerações de Tornatzky e Fleischer:

> *"Como o novo é novo? Quão novo algo tem de ser para ser considerado uma inovação? Por quanto tempo temos de saber sobre ele, ou usá-lo, antes que não seja mais uma inovação? Dado que a novidade é uma qualidade situacional, parece claro que a inovação é algo situacional – se algo é novo para um dado ambiente, pode ser visto como uma inovação, mesmo se para outros já for bem conhecido.".*Tornatzky e Fleischer (*apud* Moreira e Queiroz, 2006, p.10).

Como evidenciam Moreira e Queiroz (2006), existem dezenas de classificações sobre os tipos de inovação, não se devendo esquecer que estas, em sua grande maioria, têm aspectos em comum.

Alguns autores, tais como Knight (1967) e Damanpour (1991), se preocupam em estudar os tipos de inovação. Inovações, segundo as classificações destes autores podem se dar em processos, produtos, serviços, na organização administrativa, nos modelos de gestão e em pessoas. Outra classificação mencionada por Moreira e Queiroz (2007) separa as inovações entre administrativas e tecnológicas. Inovações tecnológicas seriam aquelas que se referem a mudanças em produtos ou em processos, enquanto que inovações administrativas atuariam nas pessoas, na organização e nos modelos e gestão. As classificações citadas acima não são mutuamente exclusivas, podendo se combinar entre si, conforme afirmam Moreira e Queiroz (2006). Por exemplo, uma inovação administrativa pode conter uma inovação em pessoas.

Schumpeter (1961) considera que as inovações podem ocorrer nos produtos, nos processos, na descoberta de novos mercados, em novas fontes de recursos e em novas formas e organização.

Após a observação das contribuições de alguns autores que se preocuparam em classificar as inovações, neste trabalho utilizou-se uma classificação abrangente, e considerou-se que inovações podem ocorrer em produtos, processos, serviços, novas formas de organização e de gestão, bem como quando da descoberta de novos mercados. Ou seja, neste trabalho será usada a classificação encontrada em Schumpeter (1961).

Respeitando o nosso objetivo central, não cabe aqui uma discussão mais profunda sobre estes tipos de classificação, visto que o que se pretende é mapear a importância atribuída a inovação para a competitividade das empresas, países ou regiões, bem como o papel da universidade em relação ao seu fomento. Entende-se, portanto, que a contribuição deste trabalho situa-se em patamar mais geral. Discussões sobre que tipos de inovação geram vantagens competitivas mais sustentáveis, e as implicações para a sua implementação, devem ser abordadas em outros estudos.

Quanto ao fato de a inovação ser fundamental para a competitividade das empresas e países, pode-se dizer que existe atualmente quase que um consenso entre diversos autores. De formas diferentes, e atribuindo pesos variados, mas sempre expressivos à sua importância, considera-se a prática da

inovação fundamental não somente para a competitividade, mas também para o próprio desenvolvimento econômico. A própria dinâmica do sistema capitalista é uma pista para que se possa apreender o processo pelo qual as inovações atuam sobre a competitividade.

As empresas disputam entre si os mercados existentes para os seus produtos, havendo assim um processo de concorrência e seleção natural entre elas. Consegue se manter no mercado e evoluir aquela empresa que apresenta maior vantagem competitiva sobre as outras. A vantagem competitiva, por sua vez, é primordialmente obtida pela inovação, que propicia a criação de novos produtos, novos processos, novos mercados, diminuição de custos e outros fatores de diferenciação. (Arend e Cario, 2005).

> *"A competição capitalista é a base lógica do comportamento inovativo, fonte da diversidade que é, por sua vez, de acordo com a proposta evolucionista, fator necessário para a operação do mecanismo de seleção"* Arend e Cario (2005).

As inovações geram novos paradigmas de consumo, estilo de vida e comportamento, influindo diretamente na qualidade de vida das pessoas, e no sucesso das empresas. (Viotti, 2002). Este processo de inovação contínua corrobora com a idéia de que o modo de produção capitalista se mostra longevo, devido justamente a sua permanente capacidade de adaptação, e a sua dinâmica de contínuo desequilíbrio. (Metcalfe, 2003).

Segundo Metcalfe (2003) a inovação é o principal elemento de evolução do capitalismo. Isto porque, paradoxalmente, a inovação que promove contínuos desequilíbrios no sistema econômico, é a responsável pela manutenção da ordem capitalista, pois permite a perpetuação do sistema, através de contínua mudança e adaptação.

Um trabalho de grande relevância para o entendimento da importância da inovação para a competitividade de indústrias e países foi o que resultou no livro A Vantagem Competitiva das Nações, de Michael Porter, publicado em 1990. Fruto de um trabalho de pesquisa que investigou as mais proeminentes indústrias de dez países desenvolvidos, Porter conclui que a inovação é o mais importante fator para a geração de vantagens competitivas em nível nacional e empresarial.

O trabalho de Porter (1990) é focado na análise de diferentes indústrias, e conclui que nenhum país pode ser competitivo em todos os segmentos produtivos. O “Diamante da competitividade nacional”, Figura 1, concebido pelo autor representa os fatores, dentro de uma determinada nação, que são responsáveis pelo estímulo a prática da inovação pelos diversos segmentos da indústria. A configuração de cada nação em relação a forma como as empresas são geridas e organizadas, as condições da demanda, o grau de competição entre as empresas, a configuração dos fatores de produção e a presença de indústrias de suporte, no seu conjunto, formam a configuração de atratividade que estimulará as empresas a inovar.

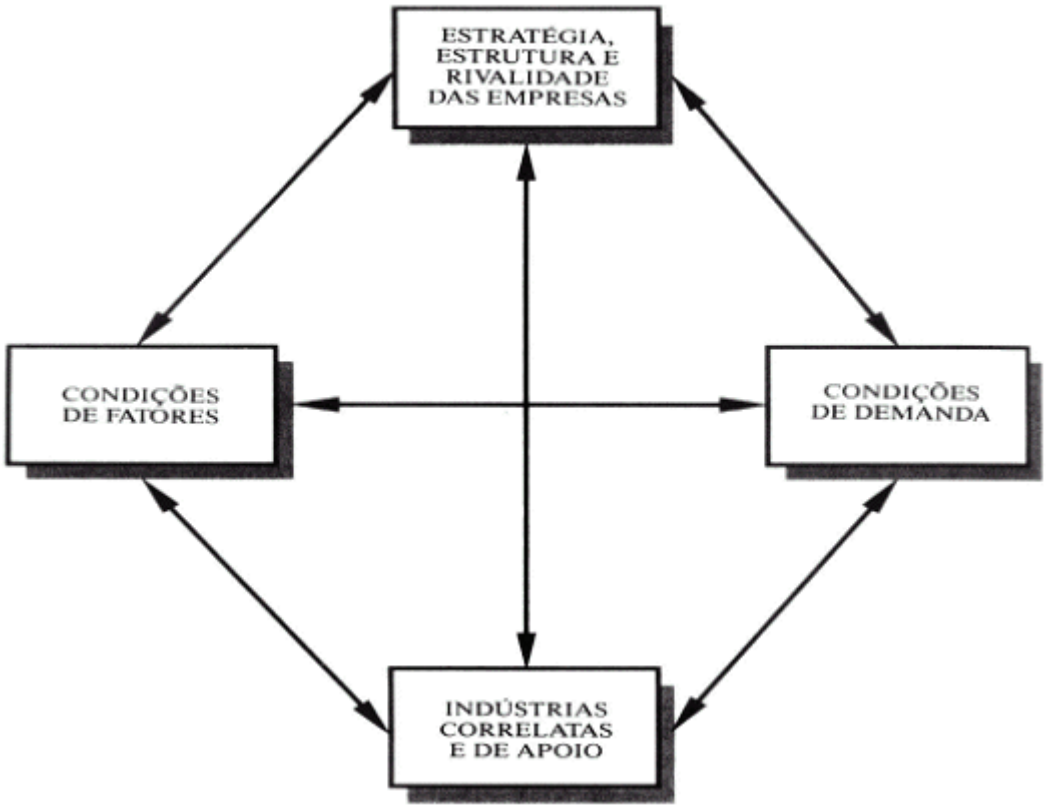

Figura 1. Diamante nacional de Porter (adaptado de PORTER, 1990)

A idéia central de Porter (1990) sobre a relevância da inovação está relacionada a sua importância para elevar a produtividade das indústrias. A maior competitividade de um país deve resultar na elevação do padrão de vida dos seus cidadãos. A competitividade, por sua vez, é função do nível de produtividade de determinada indústria, e tal elevação da produtividade é atingida prioritariamente via inovação. (Porter, 1990)

Percebe-se nas idéias de Porter uma clara ligação entre produtividade e os resultados do processo inovativo:

> *"O padrão de vida de uma nação depende da capacidade de suas empresas adquirirem altos níveis de produtividade ao longo do tempo. A manutenção do crescimento da produtividade*

> *requer que a economia se modernize continuamente. As empresas de uma nação devem aumentar a produtividade de suas indústrias, adicionando novas características aos seus produtos e novas tecnologias, aumentando assim a eficiência da produção".* Porter (1990). Tradução livre.

Porter (1990) considera fatores como taxas de juros, disponibilidade da mão-de-obra, políticas de protecionismo governamental, presença de recursos naturais, superávit comercial e práticas de gestão fatores importantes na determinação do nível de competitividade da indústria, porém, estes são coadjuvantes em relação ao fator produtividade dos recursos.

Além disso, para Porter (1990), uma nação deve possuir empresas competitivas em indústrias de alta produtividade e alta renda, caso contrário, o padrão de vida dos seus cidadãos estará comprometido. Sobre estas questões discorre Porter:

> "*Definir competitividade nacional como a capacidade de adquirir superavits comerciais é inapropriado. A expansão das exportações causada pela desvalorização da moeda ou pelo baixo custo da mão de obra, ao mesmo tempo em que a nação importa bens sofisticados que não pode produzir competitivamente, pode trazer superávit comercial, mas baixa o padrão de vida da população. Competitividade não quer dizer simplesmente empregos. É o tipo de emprego, e não qualquer emprego com baixa remuneração, que é decisivo para a prosperidade da economia.*" Porter (1990). Tradução livre.

2.3 - A Era da Economia do Aprendizado e os Sistemas de Inovação

Apesar de existir atualmente um consenso geral sobre a necessidade de criação de capacidades inovadoras para a competitividade dos países ou regiões, esta tarefa se torna a cada dia mais complexa. Lundvall & Johnson (2005). Segundo Lundvall & Johnson (2005), o que não existe é um consenso sobre melhores práticas para fomentar a criação destas capacidades inovadoras. As melhores práticas constantes nos relatórios de desenvolvimento mundial, elaboradas pela OCDE, que a comunidade científica convencionou chamar de o "Consenso de Washington", também, por sua vez, não mais são garantia de desenvolvimento sustentável para países e regiões.

A economia institucionalista, ao reconhecer que o estímulo às práticas desenvolvimentistas deve obedecer às peculiaridades institucionais, desvia o foco das medidas de estímulo ao desenvolvimento para a necessidade de fomento ao aprendizado institucional. (Lundvall & Johnson, 2005).

A ênfase no conhecimento e na conseqüente necessidade de fazer as instituições aprenderem vem do fato de que a relação entre os fatores de produção mudou bastante na economia atual, tendo como resultado a crescente importância da agregação do conhecimento no processo produtivo. Esta importância atribuída ao conhecimento é a responsável pela criação do termo "Economia do Conhecimento". (Lastres, 2005).

Lastres (2005) corrobora com a idéia de que existe cada vez mais uma grande dependência entre a atividade econômica e a utilização do recurso "conhecimento". Para demonstrar esse fato, cita o aumento na proporção de trabalhadores envolvida com a produção, distribuição e processamento de intangíveis, bem como o aumento do valor dos conhecimentos codificados no valor total dos bens e serviços comercializados.

Um raciocínio mais simplista pode levar à conclusão de que a simples disseminação de informações, que ocorre hoje de maneira mais acelerada devido ao extraordinário processo de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, TICs, levaria automaticamente à criação de novo conhecimento, aplicável a introdução de inovações no setor produtivo. A problemática do aprendizado institucional, porém, reside justamente em como as instituições, através dos indivíduos que a compõem, interpretam as informações, gerando assim um conhecimento institucional que seja a base para o fomento à competitividade.

É fundamental entender que informação e conhecimento são dois conceitos distintos, como bem explicam Lundvall & Johnson (2005). O aproveitamento e entrelaçamento de informações diversas só são transformados em conhecimento, na medida em que são interpretados e têm como resultado a possibilidade para um indivíduo ou grupos de indivíduos "saber por que", "saber quem" e "saber como" em relação a determinada temática. Resumindo, o fácil acesso a uma farta gama de informações não garante o desenvolvimento do conhecimento e da conseqüente implementação de inovações, mas, depende

da visão crítica para a seleção e utilização dessas informações, que esta relacionada com fatores de natureza individuais, psicológicos, organizacionais e institucionais.

Segundo Lundvall & Johnson (2005), um conceito alternativo ao de Economia do Conhecimento é o de Economia do Aprendizado. A Economia do Aprendizado, segundo os autores, leva em conta não somente a atual importância do conhecimento para economia, como também a capacidade das instituições e dos indivíduos em obtê-lo e destruí-lo de maneira rápida. Isto, segundo os citados autores, porque a dinâmica da evolução da economia torna-se cada vez mais veloz, sendo que o motor na competitividade nem sempre ocorre através da posse de uma alta gama de conhecimentos, mas sim rapidez com que os adquirimos e os desconsideramos.

Metcalfe (2003) considera que o crescimento e o desenvolvimento econômico sempre estiveram ligados à habilidade de um determinado sistema produtivo em aprender, adotando novas maneiras de produzir e novos produtos e serviços. Para isso, dá exemplos da história das mudanças nos paradigmas de produção sofridas desde a revolução industrial. Neste sentido, pode-se dizer que a capacidade de “esquecer” os paradigmas de produção do passado para dar lugar a novas práticas produtivas não é algo de essencialmente novo.

Portanto, o que se entende de mais relevante, nas observações de Lundvall & Johnson (2005), é a necessidade de que as instituições tenham como característica a flexibilidade para, rapidamente, perceberem as mudanças do

ambiente e a elas responderem rapidamente, visto que a moderna tecnologia acelerou bastante o processo de mudança nos paradigmas de produção.

Castells (1999) também considera que existe uma nova ordem na economia, baseada no uso eficaz do conhecimento, que é, segundo o autor, fonte primária da produtividade e da competitividade das empresas. Para Castells (1999) a sociedade moderna opera em redes de colaboração interorganizacionais. Essa redes possibilitadas pelo avanço no uso das TICs, propiciam a troca de informações e o aumento da capacidade de geração de conhecimento via uma processo de interação e aprendizagem coletiva.

Neste sentido, também corrobora Fontes (2006), que menciona as redes de aprendizagem entre empresas como possibiitadoras da organização eficiente e sistemática das atividades econômicas. Entende-se, portanto, que a economia do conhecimento e do aprendizado é impulsionada pelo estabelecimento de redes de cooperação inter-organizacionais ou inter-institucionais, quando, no segundo caso, o enfoque dado ao conceito de instituição se aproxima do conceito de organização.

Infere-se também que as redes de cooperação tornam-se peças-chave para o aumento da competitividade, por promoverem a troca das informações necessárias à geração de conhecimentos, que possibilitam por sua vez a implantação de inovações no setor produtivo.

Especificamente em relação ao fomento às inovações, são sugeridos por diversos autores, modelos de articulação intra-institucionais e interinstitucionais; considerando neste caso instituições como organizações, que seriam eficazes no fomento a eclosão de inovações num dado contexto nacional ou regional. Apesar de a articulação intra-institucional e interinstitucional ocorrer sob diversas formas, dependendo das peculiaridades inerentes a cada país ou região, é patente a necessidade desta articulação. Cita, por exemplo, Coutinho (2002):

> *"A inovação privada flui com maior dinamismo nas economias e que a presença de 'externalidades' benignas combina-se com a interação acentuada entre a empresa privada e as instituições públicas de ciência e pesquisa aplicada – universidades, institutos, centros de pesquisas".* Coutinho (2002)

Segundo Lima (2000), o conceito de Sistema Nacional de Inovação, SNI, sedimentado definitivamente no trabalho coletivo de Benght-Ake Lundvall, Christopher Freeman e Richard Nelson, publicado em 1988, representa a forma como estão constituídas e organizadas as instituições de um dado país ou região, suas atribuições, intra-relações e inter-relações, e quais os resultados deste sistema em relação à introdução de inovações no mercado.

Sistemas Nacionais de Inovação são definidos por Saviotti (2000) como o arcabouço de instituições e as interações entre estas, responsáveis pela criação e adoção de inovações em determinado país ou região, que assumem configurações específicas e distintas, refletindo a complexidade envolvida no

processo de fomento ao desenvolvimento de produtos, serviços e tecnologias inovadoras.

As inovações são introduzidas não unicamente por uma empresa ou departamento de pesquisa governamental, mas sim, são fruto do modo de organização do SNI. Ou seja, a intensidade e a forma com que as instituições se articulam, encoraja, ou não, o processo de inovação. (Saviotti, 2000).

Em outras palavras, na concepção de Saviotti, quando, por exemplo, a empresa A, ou o departamento de pesquisa governamental B lançam no mercado certo produto ou serviço inovador, todo o processo que culminou com o lançamento de tal inovação foi influenciado por variáveis institucionais. Ou seja, a própria noção sobre quais problemas endereçar por serem estes importantes para a sociedade, que caminhos tecnológicos seguir na tentativa de resolução destes problemas, os incentivos dados para a pesquisa e o desenvolvimento de soluções do problema endereçado, a dinâmica, formal e informal, de relacionamento entre os atores envolvidos no processo, tudo isso tem como resultado o lançamento de determinada inovação.

A fim de que haja um melhor entendimento sobre as diversas mudanças que os SNIs podem sofrer de país para país, vale recorrer ao trabalho de Cassiolato (2000), que ilustra como estes sistemas podem estar organizados de diferentes maneiras. É o que se fará a seguir[7].

[7] O conteúdo das páginas 45 e 46 foi baseado nas idéias de Cassiolato (2000)

Alguns países são caracterizados por políticas mais intervencionistas, caso da França, em que existe uma forte atuação do governo na moldagem do sistema. Em outros, como nos EUA, por exemplo, a política de estímulo ao desenvolvimento ocorre através de uma política industrial mais liberal. Já na Alemanha o intervencionismo estatal encontra-se num patamar intermediário ente o que ocorre no França e o que ocorre nos Estados Unidos.

Como características do Sistema de Inovação Francês, moldado por uma política industrial altamente intervencionista, existe uma forte interação entre os setores empresariais públicos e privados, o que favorece a implementação conjunta de grandes projetos capitaneados por grandes empresas de ambos os setores, tais como os de telecomunicações e aeroespacial. É importante mencionar que na França existe uma grande independência dos dirigentes das empresas públicas na gestão dos negócios, bem como uma identidade cultural e mobilidade entre os setores público e privado. Na França, as empresas públicas comandam os esforços de capacitação produtiva e tecnológica.

O apoio governamental concedido à pequena e média empresa na França está centrado na realização de investimentos intangíveis focados na capacitação produtiva e tecnológica. O acesso a taxas de crédito subsidiadas, leis de simplificação de tributos e da burocracia estão também dentre os instrumentos que ajudam a moldar o sistema de inovação daquele país.

Já a Espanha, que á um dos países menos desenvolvidos da comunidade econômica européia, tem características de configuração institucional, bem

como demandas em relação ao desenvolvimento de sua estrutura empresarial, semelhantes as do Brasil. Com cerca de 90% de seus empregos gerados em PMEs, baixos gastos voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico, este país vem tentando diminuir a diferença existente em relação as grandes potências da Europa.

Em virtude desta realidade, o apoio ao desenvolvimento das PMEs é traço marcante do SNI espanhol. As ações da Espanha se concentram em quatro grandes eixos: Criação de redes de serviços e de negócios para apoiar as PMEs, promoção de novas fontes de financiamento, política fiscal específica e simplificação administrativa.

Endereçando a questão do desenvolvimento industrial e tecnológico, o governo espanhol, através do ministério da indústria e energia e de um plano nacional de P&D, vem procurando incentivar uma política fortemente focada nas especificidades regionais, que visa o aproveitamento das capacidades específicas inerentes aos setores de atividade de cada região.

Na Alemanha existe o entendimento acerca da importância do estabelecimento de redes de cooperação e difusão tecnológica e da necessidade da participação conjunta dos diversos atores institucionais na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento. Acerca do Sistema de Inovação alemão escreve Cassiolato (2000):

> "*Uma característica refere-se à ênfase que assume o processo de difusão tecnológica nas políticas de inovação. Tal ênfase*

> *induziu a formação de redes de institutos voltados para transferência tecnológica e inovação, além do estabelecimento de vínculos sólidos com importantes atores institucionais do setor privado como Câmaras de Comércio locais e Associações Industriais. Assim, o mais importante é que as políticas de inovação dos anos 90 são definidas a partir de uma visão que privilegia as interações entre os diversos agentes do processo inovativo*".

Lundvall e Johnson (2005) mencionam que a razão para a estruturação de um SNI é a constatação de que a produção de inovações tem caráter eminentemente interativo. Um conceito que procura entender e inter-relacionar a estrutura física da produção, a configuração de modelos de negócio, política públicas, estrutura educacional, enfim todos os agentes que compõem um amplo sistema, é bem vindo como instrumento de análise e de auxílio a implementação de políticas estruturadas de intervenção nos sistema:

> *"Uma estratégia de desenvolvimento baseada em uma abordagem de sistemas nacionais de inovação teria como ponto de partida uma análise de todas as partes da economia que contribuem para o desenvolvimento de competências e para a inovação. Focalizaria as redes e as sinergias que compõem o sistema como um todo, e, particularmente, tentaria identificar os pontos nodais e as redes cruciais de estímulo ao aprendizado."* Lundvall e Johnson (2005).

Os autores que se dedicam ao estudo dos Sistemas Nacionais de Inovação têm procurado medir o desempenho dos mesmos, bem como classificá-los de acordo com os "outputs" gerados. Albuquerque (2006), por exemplo, classifica os SNIs entre aqueles do tipo líder, do tipo difusor e do tipo fragmentado.

Nos sistemas do tipo líder existe uma alta taxa de empreendedorismo, ou seja, há um grande foco na criação de empreendimentos inovadores. Uma grande prioridade em inovação do setor público é evidenciada através de altos investimentos em P&D, tanto em termos relativos como em termos absolutos, ou seja, se investe um grande volume de recursos em inovação e estes representam um percentual maior do PIB nacional em relação a países com SNIs do tipo difusor e fragmentado. Nos sistemas líderes, presentes em países como Estados Unidos e Japão, é maior a ocorrência das chamadas inovações radicais, que têm a capacidade de mudar radicalmente paradigmas tecnológicos de determinada indústria. Albuquerque (2006).

Ainda segundo Albuquerque (2006), nos SNIs do tipo difusor, o foco empreendedor mantém-se alto, e também é grande para as empresas a prioridade em inovação, porém, o volume total de recursos voltado para inovações é menor do que nos países do tipo líder.

Como output, esses países apresentam um número de inovações radicais inferior aos países do tipo líder, situando-se em um estágio intermediário entre estes e países com sistemas do tipo fragmentado. Paises com sistemas de inovação do tipo fragmentado, caso do Brasil, apresentam baixa taxa de empreendedorismo inovador, percentual reduzido de recursos aplicados em inovação se comparados ao PIB total, e também baixo volume total de investimentos neste tipo de atividade. Lima (2000).

Dois conhecidos modelos que representam as interações existentes nos SNIs, são o do Triângulo de Sabato e da Hélice Tripla. O chamado Triângulo de Sabato, Figura 2 desenvolvido por Sabato e Botana em1968, sugere que um sistema de inovação é composto por governo, empresas e pela universidade. Este modelo mostra que a eficácia na implementação de inovações depende dos “outputs” oriundos das relações entre as três instituições citadas acima.

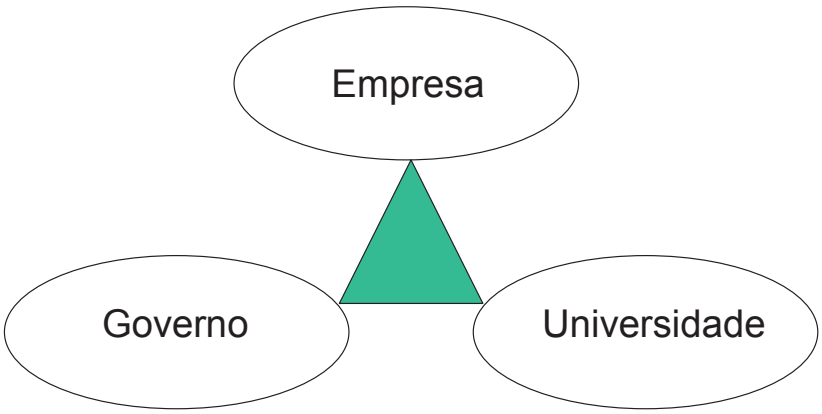

Figura 2. Triângulo de Sabato.

As interações entre essas instituições no modelo de Sabato, no entanto, contemplavam relações interinstitucionais sem a complexidade representada no modelo de Hélice Tripla, Figura 3, criado por Leidesdoff e Etzkowitz em 1988, que prevê uma inter-relação ainda mais complexa entre as instituições.

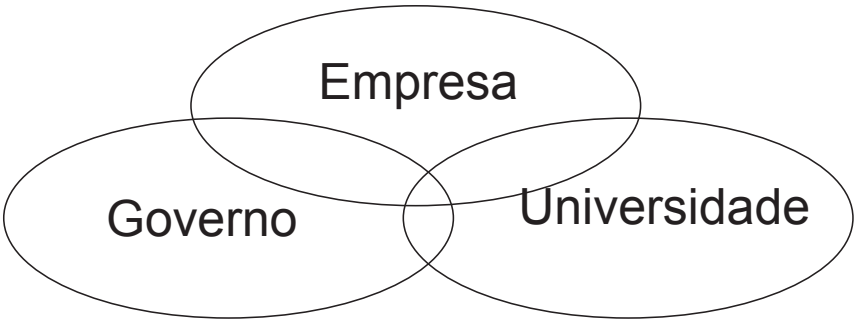

Figura 3. Modelo de hélice tripla.

Sobre a representação do modelo de hélice tripla, Stal (2006) menciona:

> *"De fato, além das conexões entre as esferas institucionais, cada uma assume, cada vez mais o papel da outras - as Universidades, por exemplo, assumem postura empresarial, licenciando patentes e criando empresas de base tecnológica, enquanto firmas desenvolvem uma dimensão acadêmica, compartilhando conhecimentos entre elas e treinando seus funcionários em níveis cada vez mais elevados de qualificação. O modelo de Hélice Tripla constitui, na verdade, uma evolução do Triângulo de Sabato, ao mostrar que, além de interações múltiplas , cada um dos integrantes passa a desempenhar funções antes exclusivas dos outros dois e considera a formação de redes entre as várias esferas institucionais formadas pelas hélices"* Stal (2006)

Como se pode observar, ambos os modelos inserem a universidade como peça chave dos Sistemas Nacionais de Inovação.

Dentro de determinado Sistema de Inovação são atribuídos diversos papéis a Universidade. Pesquisa, que quando aplicada, desembocará na introdução de inovações no mercado, formação de mão de obra qualificada, prestação de

consultoria a empresas, participação na criação de empresas inovadoras, seja de base tecnológica ou não; cooperação interinstitucional através de convênios com outras instituições, criação de centros de pesquisa, dentre outros. De fato existe uma ampla gama de possibilidade para a participação das Universidades.

Segundo Lundvall e Johnson (2005), nas novas realidades econômicas faz-se necessária uma maior integração das universidades ao processo de inovação:

> *"Formas matriciais de organização - combinando departamentos organizados por disciplina com centros interdisciplinares temporários - , organizações conectando universidades às pequenas e médias empresas e a circulação de pesquisadores nas atividades de pesquisa básica, aplicada e de desenvolvimento são iniciativas óbvias nesse novo contexto."* Lundvall e Johnson (2005).

2.4 - Características do Empreendedor Schumpeteriano

Nesta dissertação, ao utilizar-se o termo empreendedorismo, referiu-se ao tema em geral, considerando o conjunto das atividades relacionadas à colocação de inovações no mercado. A menção da expressão função empreendedora remete ao conceito Schumpeteriano de empreendedorismo é bem mais abrangente. Em seu artigo de 1954, Schumpeter reconhece inclusive o papel empreendedor do Departamento de Agricultura dos EUA na realização de pesquisas que foram aplicadas na agricultura e permitiram transformações importantes naquele setor. Esse trabalho, embora tenha um viés Schumpeteriano, explorou apenas o papel de uma instiruição e de seus pares no processo de inovação. Mas entende que são passos importantes para a compreensão da ação empreendedora.

Ao mencionarmos o termo empreendedor, referiu-se ora ao comportamento empreendedor, ora ao indivíduo responsável pela introdução das inovações no mercado. A figura do empreendedor é mencionada já há muito tempo na história econômica. O termo “entrepreneur” foi cunhado por Cantillon, economista a quem coube a elaboração de um dos primeiros tratados sistemáticos de economia. Para Cantillon, o empreendedor é aquele que contrata meios de produção a determinado preço, combinando-os e formando um produto que será vendido a um preço ainda incerto. Percebe-se na definição de Cantillon a visão de que o empreendedor lida com o risco empresarial e da especulação. Schumpeter (1949).

Porém, segundo Schumpeter (1949) ainda falta no pensamento de Cantillon uma ligação do empreendedor à questão da inovação, e a uma melhor caracterização da relação entre a função empreendedora e o desenvolvimento econômico.

J. B. Say, que, segundo Schumpeter, continua o trabalho de Cantillon, define empreendedorismo como a combinação de fatores diversos de produção em um organismo produtivo. Em relação ao empreendedorismo falta no trabalho de Say, segundo Schumpeter (1949), uma análise mais profunda sobre de que forma se dá essa combinação de fatores, o que poderia se converter em uma teoria satisfatória sobre a função empreendedora.

Adam Smith também menciona a importância do empreendedor, mas o coloca basicamente como um empregador de capital para a produção. A função do empreendedor não vai muito além disso no trabalho de Smith, sendo dada como uma função natural, sem serem atribuídos maiores destaques para a sua real importância. Schumpeter (1949).

Ricardo e Marx com suas preocupações mais ambrangentes sobre o funcionamento da economia capitalista, apesar de reconhecerem a existência e a importância do empreendedor para a função de produção, não atribuem maior destaque a sua função de criar, implementar e coordenar a atividade empresarial. Schumpeter (1949). Isso acontece em alguns momentos em que vários fatores se combinam para que se realize a inovação, como a capacitaçao, crédito, oportunidade de mercado, dentre outros.

Ainda segundo Schumpeter (1949), John Stuart Mill, apesar de dar importância a direção empresarial, percebe o empreendedor somente como um especulador, que aposta o seu capital em busca de um determinado prêmio de risco.

Uma primeira observação por Schumpeter (1949) é que a figura do empreendedor difere da figura do capitalista. Se considerarmos o capitalista como aquele que meramente empresta capital para a consecução de um empreendimento em busca de retornos para o seu investimento, não podemos limitar a atuação do empreendedor a tal prática. Existem mais elementos envolvidos na ação empreendedora.

Vale também fazer uma distinção entre o papel da função gerencial e da função empreendedora. Entendendo função gerencial como aquela em que são usadas regras pré-estabelecidas para a combinação dos recursos produtivos, esta difere frontalmente da função empreendedora, visto que, esta última supõe a combinação não usual e criativa dos fatores. Metcalfe (2003).

O empreendedor está envolvido diretamente com o processo de organização da produção do bem ou do serviço, logo, na caracterização do empreendedor, há que se levar em conta este tipo de ação. Mas não somente a mera organização da produção denota o exercício da função empreendedora. Schumpeter (1949).

A atividade é tão empreendedora, quanto é inovadora e criativa a forma com que tal organização é feita. Organizar fatores de produção em empresas já existentes de forma já conhecida, apenas repetindo soluções já existentes ainda não caracteriza o empreendedor. O empreendedor Schumpeteriano é aquele que promove a organização dos fatores de produção de forma inovadora e criativa. Schumpeter (1949)

Metcalfe (2003), também diz que devem ser considerados os atributos de inovatividade e criatividade para a caracterização do empreendedor, assim como a sua estrita ligação com o conhecimento. Considerando que o empreendedor é o lócus da experimentação do novo conhecimento, infere o autor que, modernamente, o surgimento e o desenvolvimento das TICs propicia a circulação de informações necessárias a obtenção de conhecimento novo que, utilizado pelo empreendedor na forma criativa, propicia a eclosão das inovações. Desta forma, infere Metcalfe, o crescente aumento do estoque de informações disponíveis tende a, cada vez mais, impulsionar o surgimento de novos empreendedores.

Este caráter inovador do empreendedor schumpeteriano é também uma das fontes de dificuldade para a sua caracterização. No mundo real, em muitas das decisões empresariais que se toma, a inserção de elementos inovadores é variada. Em uma decisão corriqueira dentro de uma empresa, ou na criação de um novo produto, o grau de criatividade e inovação varia, sendo impossível na prática distinguir com precisão quanto determinada ação carrega de elementos inovadores e de elementos não inovadores.

> *"A distinção entre respostas criativas e adaptativas a determinadas condições se constitui em um ponto essencial em uma essencial diferença."* Schumpeter (1949)

Outro ponto que eleva a complexidade envolvida na caracterização do empreendedorismo é a constatação de que a prática de ações inovadoras, inerentes ao empreendedor, não está presente nos indivíduos de maneira contínua, ou seja, ninguém é uma usina de respostas inovadoras aos problemas do dia a dia. Tomemos como exemplo um dono de empresa que cria um produto com uma tecnologia inovadora, e depois se ocupa de sua comercialização do mesmo, da gestão administrativa do seu negócio, dentre outras atividades. Ele inova, mas depois se dedica a atividades corriqueiras, que são inerentes a administração do seu negócio. Resumindo, na prática ninguém é empreendedor o tempo todo. Schumpeter (1949).

Devemos considerar também que a prática empreendedora não está necessariamente limitada a um indivíduo. Esta na verdade é o que Schumpeter (1949) define como uma função empreendedora, e não uma característica estritamente individual; podendo ser desempenhada não somente por um indivíduo, mas também por uma organização como um todo. Pode-se imaginar, por exemplo, uma organização que pela combinação dos esforços e conhecimentos dos seus membros, introduz uma série de soluções inovadoras no mercado, porém não tem este aspecto inovador claramente associado a nenhum dos seus membros de forma individual.

Em seu artigo de 1949, Schumpeter também considera que inovar passa por adotar soluções não convencionais para problemas empresariais, e que a atividade empreendedora está intrinsecamente relacionada com a questão da liderança. A capacidade de fazer coisas novas e influenciar indivíduos para que estes se convençam da viabilidade da implementação de iniciativas é um importante componente do processo de empreendedorismo segundo o autor.

Considera Schumpeter (1949) que a atividade empreendedora está intrinsecamente ligada ao progresso econômico. Para ele, o contínuo processo de destruição da maneira tradicional de executar determinadas atividades nas empresas, quando substituído por novas e criativas formas de execução, resulta numa ruptura da ordem econômica vigente, causando assim o progresso econômico.

Percebe-se também em Schumpeter um viés institucionalista, evidenciado pela menção da relevância do sistema legal e social para o progresso econômico. A pujança do crescimento da economia é a medida do grau de atividade empreendedora, que é capaz de gerar, pela reorganização criativa dos fatores de produção, o rompimento do fluxo circular da economia:

> *"O simples aumento da população ou do capital físico não constitui a resposta. Não é o simples incremento dos fatores de produção existentes, mas sim a diferente combinação destes fatores que importa. De fato, o crescimento dos fatores de produção, particularmente do capital físico, é o resultado do que chamamos de atividade empreendedora. O que observamos é um padrão de comportamento, possivelmente alimentado por um esquema de motivação; uma típica maneira de aproveitar as*

possibilidades oferecidas por um determinado sistema social, que desperta a atividade empreendedora. Isso gera o processo de destruição criativa que vem acontecendo ao longo do tempo."
Schumpeter (1949)

Metcalfe (2003) afirma que, modernamente, a dinâmica da economia esta centrada nas múltiplas oportunidades de investimento combinadas com o aumento do estoque de conhecimento. Segundo o autor, essas características da economia de mercado, se tomadas em conjunto são fatores que estimulam e permitem a eclosão da atividade empreendedora.

Outra característica bastante atual da economia é a sua dinâmica, que demanda cada vez mais a capacidade de competir, levando a uma simbiose desta com a atividade empreendedora, pela sua natureza inovativa e competitiva. Metcalfe (2003)

Por fim, as próprias estruturas de mercado atuais estimulam o empreendedorismo, na medida em que são estruturas que indicam onde os recursos estão disponíveis para trabalhadores qualificados e para o capital de risco. As instituições do mercado fornecem informações e incentivos para que o exercício da atividade empreendedora seja estimulado. Metcalfe (2003).

3 – Procedimentos Metodológicos

Para investigar a relação entre Empreendedorismo e Inovação foi utilizado como método de levantamento de dados o *survey,* sendo o questionário a técnica adotada para coleta das informações. O questionário foi composto por itens dissertativos (qualitativos) e fechados (quantitativos). Ver APÊNDICE. A pesquisa foi realizada entre os alunos matriculados no sétimo e oitavo semestres do curso de graduação em administração da EAUFBA no primeiro semestre do ano de 2007. Os dados foram coletados durante a matrícula para o respectivo semestre letivo, realizada na própria EAUFBA, nos dias 5 e 8 de fevereiro de 2007. A população total é de 151 alunos nos semestres sétimo e oitavo, tendo sido a amostra composta de 71 alunos, ou seja, foram preenchidos 71 questionários no total.

O modelo de análise, Figura 2, desta dissertação foi fruto de elaboração própria. Tem seus pilares conceituais baseados nos autores citados na revisão de literatura[8] , e foi estruturado na intenção de captar as percepções da amostra sobre os conceitos e inovação e empreendedorismo. Focaliza as suas seguintes dimensões: associação existente entre os conceitos de empreendedorismo e inovação, percepções sobre ambiente interinstitucional e intra-institucional, e grau de adesão a projetos inovadores e suas características gerais.

[8] Nas questões 06 e 10, além da base teórica constante na revisão de literatura, foram aplicado na escolha dos elementos de incentivo ao empreendedorismo, as práticas mais usadas, também com base nos trabalhos de Bernardes e Martinelli (2004) e Klofsten e Evans (1996).

Conceito	Dimensão	Componente	Instrumento de coleta de dados
Inovação e Empreendedorismo	Associação entre empreendedorismo e Inovação.	Grau de associação existente entre empreendedorismo e inovação.	Escala comparativa tipo ordem de posto.
	Percepção do ambiente inter-institucional e intra-institucional.	Percepção do papel da EAUFBA no fomento ao empreendedorismo.	Mapa cognitivo de categorização
		Papel individual do professor no estímulo a iniciativas empreendedoras.	Mapa cognitivo de categorização
		Lacunas existentes entre Universidade e SNI.	Mapa cognitivo de categorização
		Maiores obstáculos da EAUFBA para o incentivo ao empreendedorismo.	Mapa cognitivo de categorização
		Avaliação dos pontos fortes e fracos da EAUFBA no incentivo ao empreendedorismo.	Escala graduada tipo likert
	Grau de adesão a projetos Inovadores e a características gerais dos mesmos.	Adesão a projetos inovadores.	Questão múltipla escolha
		Grau de inovatividade dos projetos.	Escala graduada do tipo Likert
		Principal característica da inovação.	Questão múltipla escolha
		Motivos para não adesão a projetos inovadores.	Questão múltipla escolha

Figura 4. Modelo da análise. Elaboração do autor.

A intenção do modelo foi de verificar os pressupostos e identificar quais são os elementos mais presentes no conceito de empreendedorismo em relação à amostra estudada, mapeando também, portanto, o grau de intersecção entre os conceitos de empreendedorismo e inovação.

A dimensão *associação entre os conceitos de empreendedorismo e inovação* utilizou como único componente o próprio grau de associação existente entre

os conceitos. Foi utilizado um item de escala comparativa do tipo ordem de posto, sendo que o respondente deveria hierarquizar suas percepções sobre o conceito de empreendedorismo de acordo com cinco categorias de respostas, que variavam de uma relação mais forte (categoria 5) com as idéias de empreendedorismo a uma relação mais fraca (categoria 1).

A dimensão *percepções sobre ambiente inter-institucional e intra-institucional* foi dividida entre os componentes: percepção sobre o papel da EAUFBA em relação ao fomento ao empreendedorismo, percepção ao papel individual do professor no estímulo a iniciativas empreendedoras, desafios na integração entre EAUFBA e o SNI, maiores obstáculos da EAUFBA no incentivo ao empreendedorismo e percepção de pontos fortes e fracos presentes na EAUFBA em relação ao incentivo ao empreendedorismo. Nesta dimensão foram utilizados mapas cognitivos de categorização para os quatro primeiros componentes listados acima, e um item de escala graduada do tipo Likert com sete categorias de resposta, que variavam de 1 (pequeno potencial da EAUFBA para auxiliar os seus alunos) a 7 (grande potencial), para o último componente. Nos mapas cognitivos utilizou-se uma medida descritiva de freqüência para identificar as idéias mais comumente evocadas sobre cada questão. Foi utilizado o *software* Mind Manager X5 PRO para a comunicação dos mapas cognitivos produzidos. Quanto aos dados quantitativos foram realizadas análises descritivas de freqüência, média e desvio-padrão. Essas análises foram processadas pelo *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS 13.0).

Na dimensão grau de adesão aos projetos inovadores, buscou-se avaliar se o respondente lidera ou faz parte da elaboração de um projeto de criação de um produto, serviço ou processo que considera inovador. Caso o sujeito respondesse favoravelmente ao item seriam avaliados mais dois itens referentes aos seguintes componentes: grau de inovatividade dos projetos e principais características da inovação. Para o primeiro item foi empregada uma escala do tipo Likert de 7 pontos que variava de 1 (pouco inovador) a 7 (muito inovador). Já para o segundo item, buscou-se investigar diferentes possibilidades relativas a características inovadoras em formato de múltipla escolha. Caso o sujeito respondesse negativamente ao item sobre a participação em processos inovadores, ele deveria responder a mais um item, sobre o motivo para não estar engajado na tentativa de inovação. Para tanto foram elaboradas cinco categorias de resposta, contemplando uma diversidade de questões justificadoras do não engajamento.

4 – Avaliação dos resultados.

4.1 – Perfil da Amostra

A análise das questões 1 e 2 do questionário aplicado evidencia tratar-se de um corpo discente na sua maioria oriundo de colégios particulares, 77,5%. A idade predominante é de até 23 anos de idade, 56, 3%. Gráfico 1.

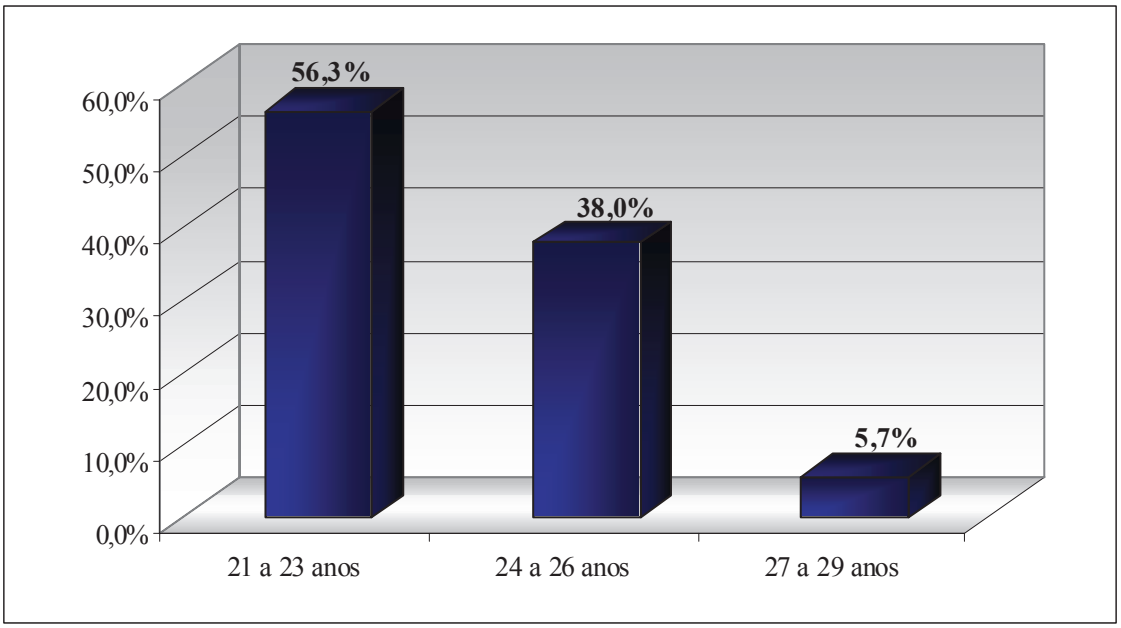

Gráfico 1. Distribuição das idades da amostra.

Através da verificação da ocupação da amostra, Gráfico 2, observa-se que mais de 85% da amostra possui outra atividade relacionada a trabalho, pesquisa, docência ou estágio.

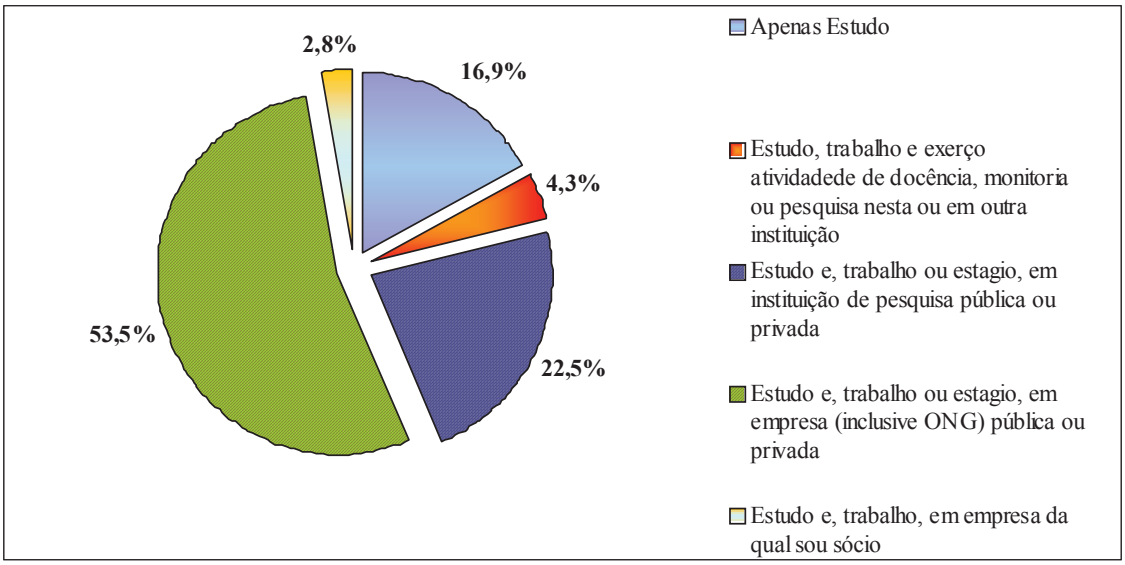

Gráfico 2. Distribuição da ocupação da amostra.

4.2 – Percepção da relação entre os conceitos de empreendedorismo e inovação

Na análise da questão 02 do questionário, verifica-se, Figura 3, que a maior média da escala comparativa refere-se à alternativa que relaciona o conceito de empreendedorismo, prioritariamente, ao conceito de inovação.

O desvio padrão encontrado sugere, no entanto, se comparado ao das outras categorias, uma dispersão relativamente alta, visto que é superado apenas pelo desvio padrão referente ao item "*Liderar implementação de uma nova empresa qualquer*".

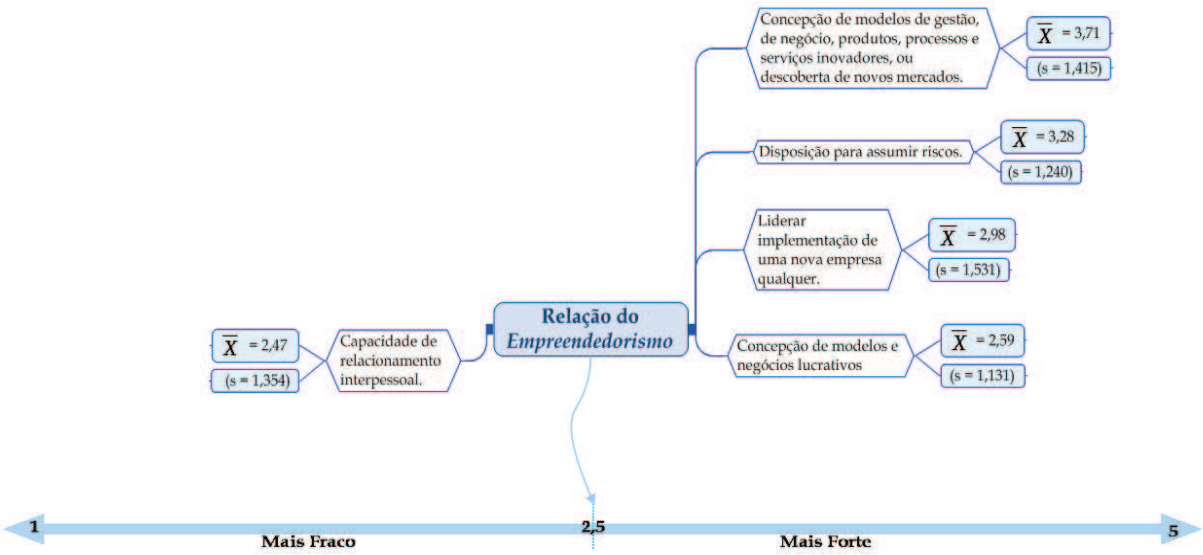

Figura 5. Escala comparativa de associação do conceito de empreendedorismo.

Ao observar-se que o número de respondentes que efetivamente relacionou na escala de hierarquia de posto, em primeiro lugar, a concepção de modelos de gestão, de negócios, produtos, processos ou serviços inovadores ao conceito de empreendedorismo, Tabela 1, totaliza em 25, de 59 respostas válidas para esta questão, vê-se que nem mesmo a maioria simples dos respondentes associa o conceito de empreendedorismo ao de inovação em primeiro lugar. Mas cabe ressaltar, que essa discussão não esta prevista no atual curriculum e passa por uma compreensão crítica do corpo docente.

EMPREENDEDORISMO - GRAU DE RELAÇÃO COM MODELOS DE GESTÃO, DE NEGÓCIO, PRODUTOS OU PROCESSOS INOVADORES				
Escala		Frequência	Percentual	Percentual Cumulativo
1	Relação mais fraca	6	10,20%	10,20%
2		9	15,30%	25,50%
3		6	10,20%	35,70%
4		13	22,00%	57,70%
5	Relação mais forte	25	42,40%	100%

Tabela 1. Empreendedorismo. Grau de relação com modelos de gestão, de negócio, produtos ou processos inovadores.

Infere-se, desta forma, que a percepção da inovação como principal característica do empreendedorismo não alcança níveis que ensejem a existência de uma percepção dominante que relacione o conceito a práticas inovadoras. Isto sem coaduna com o pressuposto "*a*", enunciado na introdução deste trabalho acerca da não vinculação estrita entre os conceitos de empreendedorismo e inovação.

4.3 – Percepção do papel da EAUFBA no fomento ao empreendedorismo:

Neste componente, as respostas obtidas através da construção dos mapas cognitivos relacionados à questão 03 totalizaram 64 questionários válidos. Foi construído um dicionário das respostas obtidas a partir das respostas às questões abertas, e criado um mapa cognitivo de categorização. Com base nas contribuições obtidas, foram criados grupos de categorização de acordo com o perfil das respostas. As contribuições foram classificadas de acordo com seu conteúdo, em dois grandes grupos: papel institucional desejado pelos alunos e aspectos negativos da instituição mencionados pelos mesmos.

As respostas acerca do papel desejado da EAUFBA no fomento ao empreendedorismo foram divididas entre as que remetem a idéia de ações interinstitucionais e as que remetem a idéias de ações intra-institucionais.

Como se pode observar através da interpretação dos dados do mapa cognitivo elaborado para a questão, Figura 4, o maior número de respostas acerca do

papel desejado para a EAUFBA remete à idéia de ações intra-institucionais, com 49 respostas, em detrimento das ações interinstitucionais, 11 respostas.

Ou seja, aproximadamente 80% das respostas sobre o papel desejado da EAUFBA no fomento ao empreendedorismo remete a ações no âmbito interno da instituição, enquanto que aproximadamente 20% remete a idéias e ações relacionadas a cooperação inter-institucional, tais como: intercâmbio com profissionais e empresas, criação de redes de aprendizado, fomento à prática empreendedora da sociedade em geral e facilitação de contatos com agentes externos.

A partir desta constatação, infere-se que ainda há uma deficiência em relação a construção de uma visão sistêmica e abrangente da articulação inter-institucional necessária ao estímulo do processo de empreendedorismo e inovação. Tendo em vista o atual curriculum e a complexidade que a questão empreendedora remete esta resposta reflete, talvez, uma visão do empreendedorismo construída a partir de várias mídias e que não distingue empreendedorismo de ação empresarial.

Verificando-se as 42 respostas relacionadas aos aspectos negativos, nota-se grande insatisfação, evidenciada por 24 respostas, em relação ao projeto acadêmico e a ausência de atividades práticas que sejam capazes de estimular o desenvolvimento da capacidade empreendedora. Percebe-se na amostra estudada uma forte tendência a considerar a EAUFBA deficitária e com ações

incipientes em relação ao fomento ao empreendedorismo, o que corrobora também para a confirmação do pressuposto "*b*" enunciado na introdução.

Figura 6. Mapa cognitivo. Papel da EAUFBA no estímulo ao empreendedorismo.

4.4 – Papel do professor na construção de um espaço favorável ao desenvolvimento do processo inovador e de ações empreendedoras

Neste componente, as respostas obtidas através da construção dos mapas cognitivos relacionados à questão 04 montaram 64 questionários válidos. Foi construído um dicionário das contribuições obtidas a partir das respostas às questões abertas, e criado um mapa cognitivo de categorização.

As respostas obtidas na questão 5, foram agrupadas em dois grandes grupos: respostas que remetem a um papel mais técnico do professor em relação ao incentivo ao empreendedorismo e a inovação, e respostas que remetem a um papel mais motivador dos alunos, tendo como resultado a construção do mapa cognitivo da Figura 5.

As 44 respostas obtidas indicam na direção de que o papel desejado do professor no incentivo ao empreendedorismo passa principalmente pela função que o mesmo possui como incentivador e direcionador da carreira dos alunos, e não pela transmissão de informações técnicas. Esse resultado pode também ser visto como a sinalização da importância do debate e da construção de profissionais criticos e não só “empreendedores”, mesmo porque isto seria impossível, uma vez que essa função passa por outras dimensões além da escola, não é um atributo apenas dos individuos e nem se exerce à todo momento.

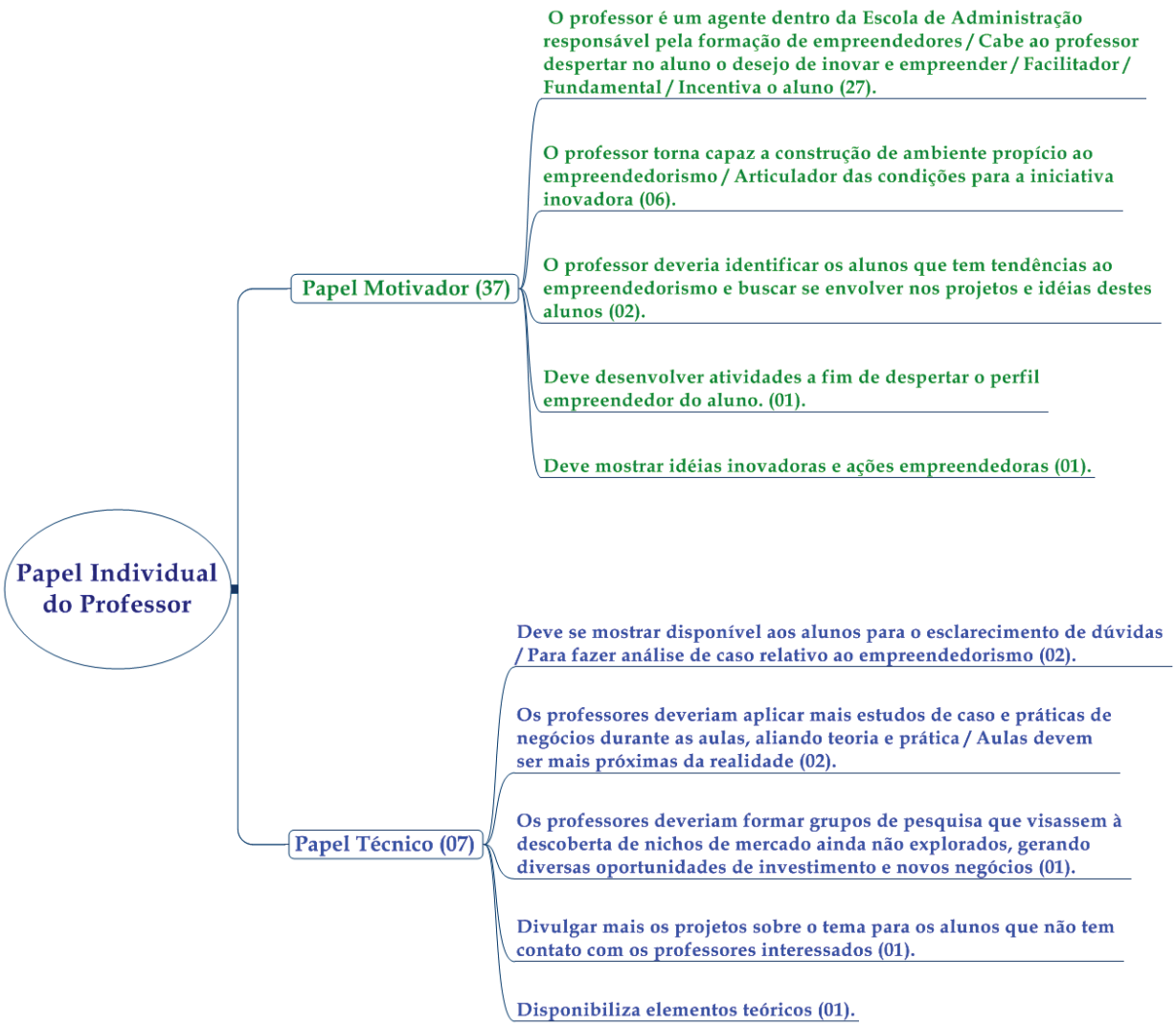

Figura 7. Mapa cognitivo. Papel do professor no estímulo ao empreendedorismo.

Nada menos do que 37, das 44 respostas, traduzem o desejo de que o professor atue como motivador dos alunos nesse sentido.

Nas respostas que se referem ao papel motivador, a percepção predominante é de que o mesmo tem como missão principal despertar no aluno a vontade de inovar e empreender, através da construção de um clima propício ao desenvolvimento do empreendedorismo. Identificar alunos com habilidade para o exercício da função empreendedora, mostrar e fomentar idéias inovadoras e

articular condições para que as inovações se desenvolvam são respostas predominantes no ideário da amostra pesquisada.

Idéias que enfatizam o conhecimento técnico vêm em segundo lugar com apenas 07 respostas.

Estas percepções corroboram com a idéia de que um "*clima*" de incentivo ao a atividade empreendedora é fundamental para o desenvolvimento da mesma. Neste sentido, o professor é percebido pelo corpo discente como principal agente para o estabelecimento deste clima favorável a inovação.

O pressuposto "*c*" enunciado anteriormente, portanto, também estaria confirmado.

4.5 – Maiores obstáculos encontrados pela instituição no incentivo ao empreendedorismo

Também neste componente, as respostas obtidas através da construção dos mapas cognitivos relacionados à questão 05 montaram 65 questionários válidos. Foi construído um dicionário das contribuições obtidas a partir das respostas às questões abertas, e criado um mapa cognitivo de categorização.

Cerca de 68 respostas foram obtidas sobre quais são os maiores obstáculos em relação ao incentivo ao empreendedorismo na EAUFBA, resultando no mapa cognitivo exibido na figura 06. Cerca de 33, ou aproximadamente 49 %

das mesmas, cita fatores como falta de direcionamento para o tema, evidenciado através da deficiência de matérias na grade curricular, ausência de convívio com situações práticas de ensino que estimulem o empreendedorismo, deficiência dos professores e falta de foco da escola neste objetivo.

Através das respostas observadas, vê-se que, na percepção dos alunos, o foco da EAUFBA é predominantemente acadêmico, não havendo inclusive por parte do corpo docente qualificação adequada para a implementação de ações de fomento ao empreendedorismo. Esta percepção lança a semente para discussão sobre qual deve ser o viés estratégico de ensino adotado pela EAUFBA em relação a formação do seus futuros administradores.

Outros pontos citados, que aparecem como secundários, são: a falta de interesse sobre o tema por parte dos alunos, falta de comprometimento dos dirigentes, foco demasiado na gestão pública e falta de incentivo financeiro para projetos. Estes pontos ajudam a reforçar a confirmação do pressupostos "*a*" e "*b*".

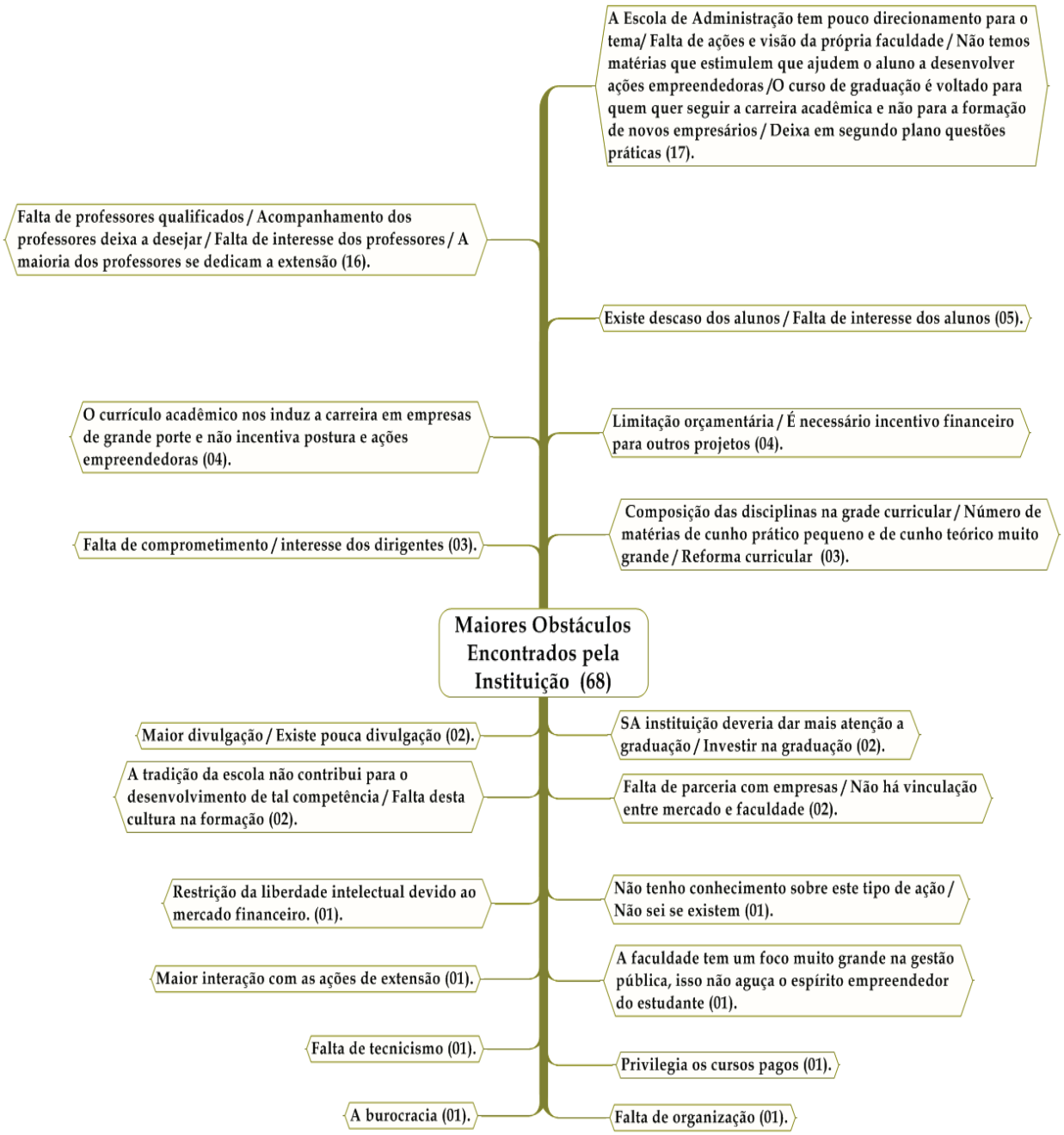

Figura 8. Mapa cognitivo. Maiores obstáculos da EAUFBA no incentivo ao empreendedorismo.

4.6. – Avaliação dos elementos de incentivo ao empreendedorismo e à inovação presentes na EAUFBA

Para investigar este componente do modelo de análise, apresentado na Figura 7, utilizou-se uma questão em que os entrevistados responderam sobre sete relevantes elementos de incentivo ao empreendedorismo previamente relacionados. Foi elaborada uma questão do tipo escala de Likert, graduada de 01 a 07, em que os respondentes classificavam os elementos com base na sua percepção sobre em que grau este é um ponto forte na EAUFBA. Foram obtidos para esta pergunta 70 questionários válidos.

Pode-se considerar que na visão do corpo discente da EAUFBA sobre aos elementos aqui tratados, as médias não são expressivas, evidenciando que, na percepção dos alunos, a EAUFBA não tem bom desempenho em relação a estes elementos. A única exceção é a média obtida pelo item *presença de empresa júnior*, 5,31.

O *clima de cooperação e debate sobre os principais desafios para os novos administradores e transformações recentes na sociedade*, aparece como segunda média mais expressiva, 3,82.

O elemento de incentivo ao empreendedorismo que obteve a menor média foi justamente o que trata da presença de disciplinas na grade curricular voltadas para o tema. Embora Schumpeter (1949) afirme que a ação empreendedora não ocorre o tempo todo, considera-se que a presença de matérias voltadas a

transmitir conhecimentos específicos em relação ao empreendedorismo subsidiará, quanto pertinente, ações empreendedoras dos profissionais de administração oriundos da EAUFBA. A presença de um “clima” de incentivo ao empreendedorismo também obteve uma média modesta, 3,30, o que traduz o viés de atuação da instituição. Mais uma vez, vê-se nos resultados um reforço à confirmação do pressuposto “*b*”, enunciado anteriormente.

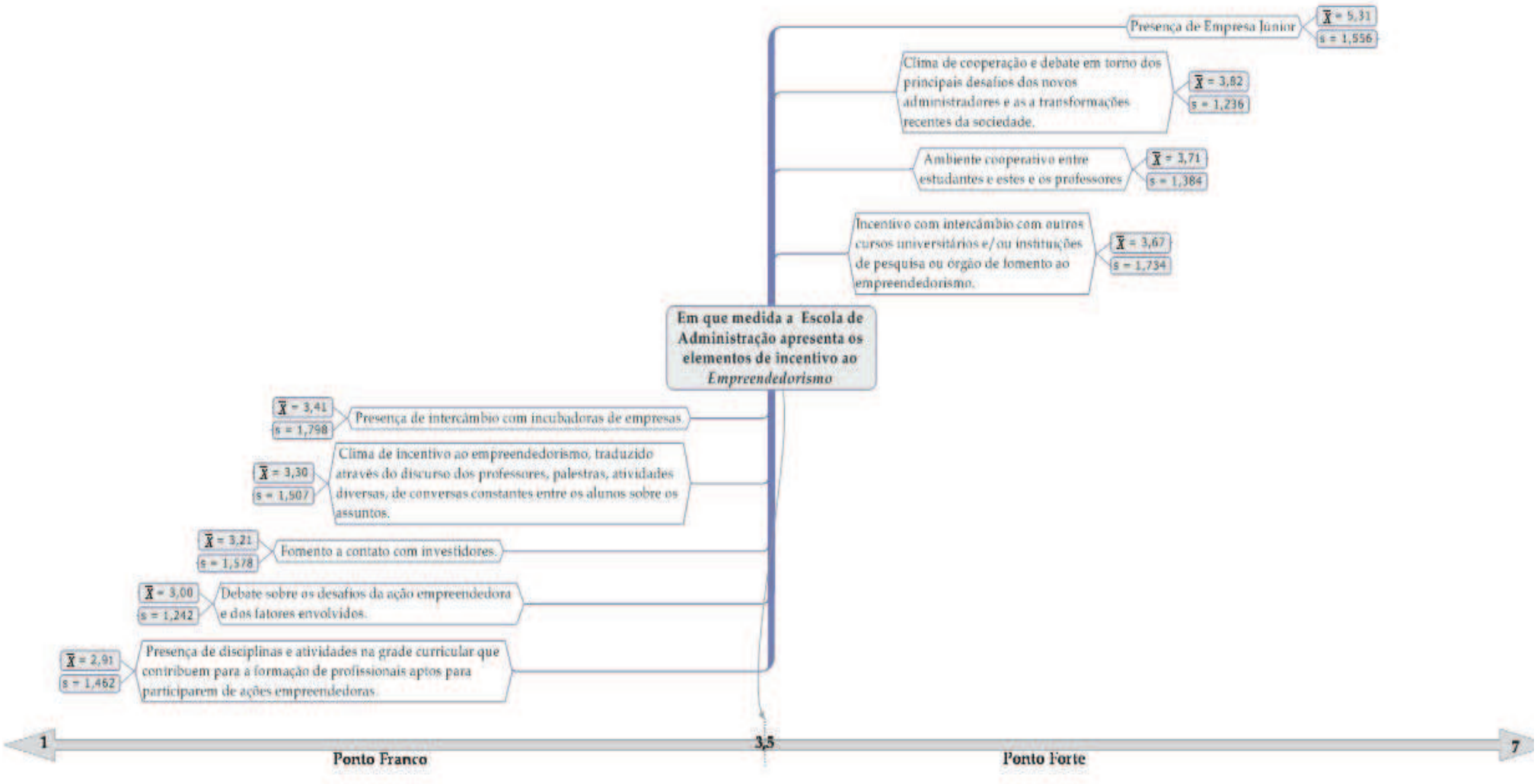

Figura 9. Avaliação dos elementos de incentivo ao empreendedorismo presentes na EAUFBA.

4.7 – Desafios na integração da EAUFBA ao SNI

A questão 07, com 66 respostas válidas, investiga os desafios da EAUFBA no processo de interação com outras instituições que compõem o SNI. Para esta questão foi também foi construído um mapa cognitivo de categorização. Figura 08.

Como principais desafios ao processo interativo, algumas respostas se destacam na percepção dos alunos, tais como a falta de estímulo à pesquisa e a iniciação científica e a falta de atividades práticas realizadas através do intercâmbio com outras instituições. Outro ponto de evocação expressiva se refere a ausência de intercâmbio com empresas privadas, consumidoras de inovação, e demais instituições responsáveis por ações inovadoras.

Na percepção dos alunos também há uma falta de integração a um planejamento governamental mais amplo, bem como não há a percepção da Universidade como participante ativa na elaboração plano nacional de inovação.

Figura 10. Desafios para a integração da EAUFBA ao SNI.

Considera-se que as respostas do corpo discente confirmam o pressuposto "*d*". É interessante notar, porém, que ao contrário das respostas obtidas à questão 03, acerca do papel desejado da EAUFBA no fomento ao empreendedorismo,

na questão 07, quando apresentados ao conceito de SNI, os discentes citam elementos que remetem a interligação e associação entre instituições como forma de estimular o empreendedorismo.

Ou seja, apesar de os alunos considerarem como pontos fracos existentes na instituição, ações de pesquisa e intercâmbio, não há um entendimento prévio à indução do conceito de SNI, de que elas são prioritárias no processo inovador. Isto denota, ainda uma falta de visão sistêmica por parte dos alunos.

4.8 – Grau de adesão a projetos inovadores e características gerais dos mesmos

As questões de 08 a 11 do questionário procuraram mapear o grau de adesão a projetos inovadores, considerando estes projetos como iniciativas empreendedoras existentes no âmbito das organizações aonde os discentes trabalham, iniciativas de criação de uma nova empresa ou participação em pesquisa aplicada a lançamento de novos produtos ou serviços. Os respondentes graduaram também, segundo a sua percepção, a intensidade da inovação com a qual estão envolvidos.

Apesar de já ser pressuposto um baixo grau de engajamento em iniciativas inovadoras, não se considera inexpressivo o número de 17,1%, cerca de 12 respostas positivas para a questão 08. Gráfico 3. O número de respostas válidas para está questão foi de cerca de 70.

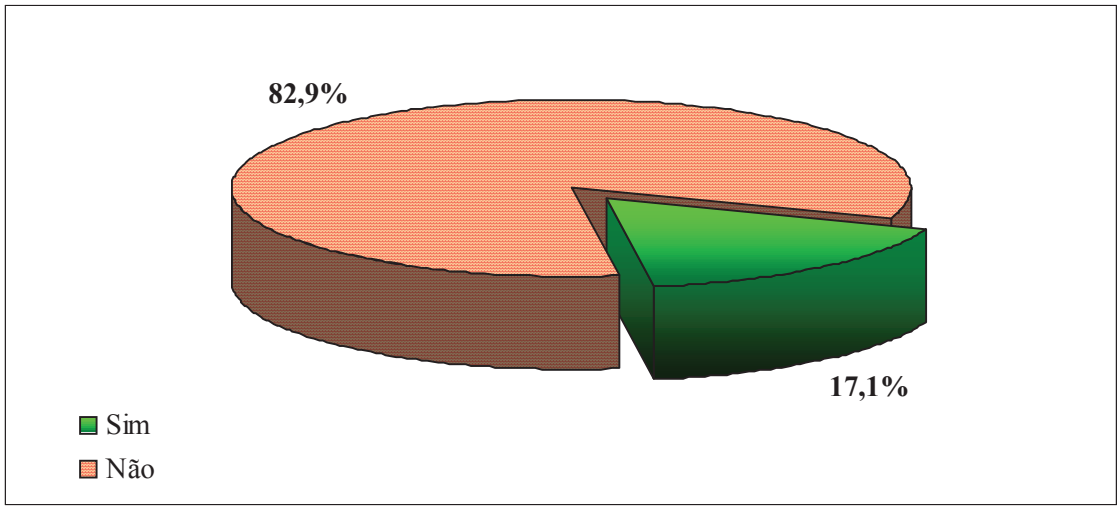

Gráfico 3. Grau de adesão dos alunos a projetos inovadores.

Vê-se também que, na percepção dos alunos engajados em iniciativas inovadoras, os seus projetos apresentam um grau de inovatividade relativamente expressivo, se considerada uma escala de 1 a 7. Desvio padrão de 1,642. Tabela 2.

Participação em projeto, serviço ou processo que considera inovador	Média $\overline{X}$	Desvio Padrão (s)
Em que grau você considera o produto, serviço ou processo inovador?	**4,83**	**1,642**

Tabela 2. Grau de inovatividade dos projetos.

Na Tabela 3, a seguir, vêem-se as principais características dos projetos inovadores no qual os alunos participam, segundo a sua própria percepção.

Tipos de projeto inovador	
Descobre nova aplicação para produtos/serviços já existentes	**16,67%**
Concebe serviço inovador	**41,67%**
Concebe produto inovador	**25,00%**
Descobre novo mercado para produtos/serviços já existentes	**16,67%**

Tabela 3. Grau de adesão a projetos inovadores.

Na questão 11, os discentes que não estão engajados em projetos inovadores são argüidos sobre as razões do não engajamento. Gráfico 4. Esta questão obteve 58 respostas válidas.

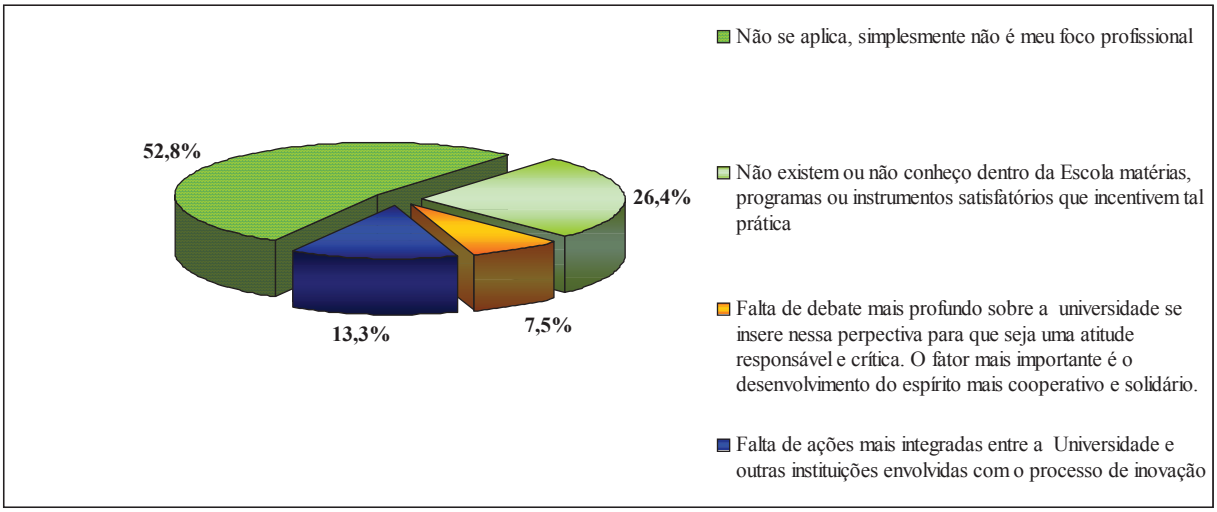

Gráfico 4. Motivos para não adesão a projetos inovadores.

Destaca-se que 52,8% dos respondentes afirmam que o motivo do seu não engajamento a iniciativas empreendedoras é devido ao fato de este não ser o seu foco profissional. Outros 26,4% afirmam que o desconhecimento sobre programas ou instrumentos existentes na EAUFBA que incentivem tal prática é o motivo do seu não engajamento. Os outros respondentes, que somam 20,8%, relacionam o seu não engajamento à falta de um debate mais profundo em relação ao tema e à falta de ações integradas entre a universidade e outras

instituições. Se confirmam, portanto, os pressupostos “g” e “f”, ao passo que não se confirma o pressuposto “e” deste trabalho.

5 – Considerações finais.

Os resultados obtidos sobre a percepção dos alunos da EAUFBA acerca dos temas inovação e empreendedorismo confirmam, na sua maioria, os nossos pressupostos a respeito da atual visão dos discentes acerca do tema. Como se pressupunha, a noção de que o conceito de inovação é intimamente ligado ao conceito de empreendedorismo não é percebida nem sequer pela maioria simples dos respondentes.

Os resultados obtidos na questão 02 são fundamentais para a análise do ambiente institucional da EAUFBA em relação ao tema tratado. Acredita-se que uma vinculação mais disseminada entre os conceitos de empreendedorismo e inovação pode gerar um clima mais propício à eclosão de projetos inovadores dentro da instituição, além de ser capaz de criar maior disposição para a abertura de uma discussão mais aprofundada acerca da necessidade de inovar e empreender.

Uma conseqüência da não vinculação estrita entre os conceitos de empreendedorismo e inovação está estampada na análise do papel desejado da EAUFBA no fomento ao empreendedorismo, questão 03: das 60 respostas em relação ao papel da instituição, somente 04 se referem ao termo inovação.

Reforça-se com isso que o imaginário da amostra acerca do papel ideal da EAUFBA depende do grau de aprendizagem institucional acerca da integração

entre os dois conceitos. O conceito de empreendedor de Schumpeter, portanto, não é observado como predominante ente os discentes.

O desejo por determinado curso de ação em relação a determinado tema traduz o grau de conhecimento e a forma de interpretação da instituição acerca do seu conteúdo. Logo, tomando-se como base o referencial teórico adotado, mais precisamente, neste caso, Metcalfe (2003), depreende-se ser fundamental que seja estimulado o processo de aprendizagem institucional acerca da temática abordada, como forma de permitir que as ações correspondentes de estímulo ao empreendedorismo sejam consoantes com a atual demanda por competitividade, um dos requisitos para o crescimento e desenvolvimento econômico.

Vale lembrar, neste ponto, as considerações e Lundvall & Johnson (2005), que evocam a importância do grau de flexibilidade e de rapidez da instituição no processo de aprendizagem, como fundamentais para a manutenção dos níveis de competitividade dos setores produtivos. Desta forma, a análise das informações obtidas neste trabalho, enquanto evidencia uma percepção fragmentada da ação empreendedora, não a vinculando predominantemente ao processo de inovação, traduz a urgência do debate e da necessidade de se repensar o processo de aprendizagem institucional da EAUFBA.

Vale também mencionar que a maioria das respostas em relação ao papel da EAUFBA no processo inovativo está vinculada à adoção de ações internas à instituição, levando à possibilidade de inferir-se que há ainda a ausência de

uma visão sistêmica acerca do processo de desenvolvimento das inovações. Em outras palavras, a noção de que a EAUFBA deve promover o empreendedorismo e a inovação através de ações interinstitucionais, buscando integrar-se com o SNI, aparece de forma modesta, não se constituindo em percepção predominante. Aqui é necessária uma interpretação mais cuidadosa dos dados, não se podendo ultrapassar o campo da inferência, visto que este debate ainda é novo, mesmo nos cursos de pós-graduação da EAUFBA.

Neste ponto, vale analisar o papel do professor em relação ao fomento ao empreendedorismo e a inovação, segundo a percepção do corpo discente. Para este, o professor tem o papel de grande incentivador da carreira dos alunos, ficando em segundo plano os aspectos relacionados ao conhecimento técnico. Nos parece, portanto, que a formação do ideário do corpo discente sobre o tema traduz em grande parte o viés adotado pelo corpo docente.

A despeito de a aprendizagem institucional não ser fruto somente da ação do corpo docente, sendo esta influenciada por outros componentes da instituição, vê-se que o viés imprimido pelos professores nas suas práticas educacionais é um dos principais fatores de direcionamento institucional.

Infere-se que a formação do quadro docente traduz o viés estratégico adotado, tacitamente ou não, pela instituição. É pertinente alertar também que o estímulo ao debate por parte dos professores em relação ao tema é percebido como ponto fraco da instituição no incentivo ao empreendedorismo. (Figura 7).

Desta forma, ao trazer-se para estas conclusões os resultados da análise dos principais obstáculos encontrados pela instituição no fomento ao empreendedorismo, não surpreende o fato de que 42, ou 61,76% das 68 respostas obtidas, remetem a limitações inerentes a falta de um direcionamento estratégico que tenha como alvo tal fomento. De fato, o viés de atuação da EAUFBA em relação a este tema, infere-se, é bem mais presente nos cursos de pós-graduação.

Falta de matérias na grade curricular, falta de interesse dos professores em relação ao tema e viés educacional predominantemente acadêmico, são respostas que traduzem o posicionamento institucional atual, segundo a percepção do corpo discente.

A necessidade de uma definição mais clara dos objetivos da EAUFBA na formação do administrador, traduzida em ações concretas de estímulo ao desenvolvimento de determinado tipo de profissional fica patente. Infere-se que o aluno sente falta de um posicionamento mais claro da instituição acerca de dos possíveis caminhos na carreira. Percebe-se, em grande parte dos respondentes, um desejo de que o tema seja mais discutido dentro da EAUFBA, e que o desenvolvimento de ações empreendedoras possa ser uma opção mais clara e palpável.

Através da análise das respostas obtidas para questão 11, pode-se evocar alguns pontos importantes a discutir sobre o tema empreendedorismo e inovação, que podem até mesmo vir a ser objeto de novos trabalhos.

Quando perguntados sobre o motivo para o não engajamento em iniciativas empreendedoras, a maioria dos respondentes, 52,8%, afirmou que não está engajada, simplesmente por este não ser o seu foco profissional. Já 47,20% afirmam que tal desinteresse provém de motivos como falta de estímulo, falta de informação e falta e conhecimento sobre instrumentos e programas de incentivo.

Em um primeiro exame da atual percepção dos alunos da instituição, pode-se inferir que talvez exista uma demanda latente pelo posicionamento da EAUFBA como uma escola que efetivamente incentiva o empreendedorismo, adotando para tanto ações pertinentes a este posicionamento.

Em relação aos 47,2% dos respondentes que afirmam não participar de ações neste sentido meramente por falta de direcionamento ou falta de informações, considera-se que, além de uma efetiva carência de informações e de estímulos recebidos de dentro da própria EAUFBA, a presença de um maior intercâmbio interinstitucional, também por certo seria uma fator de atração do interesse dos alunos para a questão do empreendedorismo.

Em relação ao grau de adesão a projetos inovadores, diante do fomento considerado pelos alunos deficiente, a marca de 17,1% dos 70 questionários válidos, ou seja, 12 projetos, não parece baixa. Atrás deste resultado pode estar efetivamente uma demanda latente por este tipo de iniciativa.

Como se pressupunha, o maior foco dos novos projetos está voltado para a criação de serviços inovadores. A explicação para esta opção pelo desenvolvimento de iniciativas inovadoras no setor de serviços pode fazer parte de futuros trabalhos que investiguem questões referentes a empreendedorismo e inovação dentro da EAUFBA.

Por fim, após a análise das informações obtidas neste trabalho, considera-se urgente e imprescindível o debate no seio da EAUFBA sobre o tema tratado, buscando a definição mais explícita de um viés estratégico educacional em relação a esta importante demanda, qual seja, o estímulo ao empreendedorismo e a inovação.

Como principais sugestões para novos trabalhos e ações podemos citar:

- Auferir o grau de sucesso das iniciativas empresariais provenientes de alunos da EAUFBA.

- Investigação mais profunda sobre os objetivos profissionais dos alunos, para eventualmente embasar uma mudança de posicionamento e adoção de um foco estratégico educacional voltado ao desenvolvimento do empreendedorismo.

- Investigação sobre a percepção do corpo docente acerca do tema, afim de confrontá-la com a percepção dos alunos, criando massa crítica para

subsidiar uma política educacional cada vez mais integrada e condizente com a modernidade.

- Debate sobre o viés educacional adotado pelas escolas federais de administração.

Este trabalho apresenta entre as suas limitações o fato e ter investigado uma amostra não probabilística, não se podendo generalizar os resultados para toda a EAUFBA. A opinião da amostra não reflete necessariamente a opinião da escola como um todo, embora seja relevante, por tratar-se de uma investigação com alunos do último ano.

Outra limitação relevante diz respeito aos resultados obtidos acerca do engajamento em iniciativas inovadoras, bem como o grau de inovatividade dos projetos. As respostas a estas questões refletem somente a opinião dos respondentes sobe o assunto, não se fazendo uma investigação específica a fim de auferir, com base em parâmetros teórico sólidos, o aludido grau de inovatividade.

Referências

AREND, Marcelo, CARIO, Sílvio A. F. **Instituições, inovações e desenvolvimento econômico**. 2005. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2005%20-%20Economia%20Mercado%20e%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20I/INSTITUI%C3%87%C3%95ES,%20INOVA%C3%87%C3%95ES%20E%20DESENVOLVIMENTO%20ECON%C3%94MICO.pdf . Acesso em 16/12/20076.

BERNARDES, Maria Elisa. MARTINELLI, Dante P. Programa de empreendedorismo e instituições de ensino superior: reflexões a partir de algumas experiências canadenses e americanas. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 117-126, abril/junho 2004.

CASSIOLATO, José E., SZAPIRO, Marina. **Novos objetivos e instrumentos de política de desenvolvimento industrial e inovativo em países selecionados. Estudos temáticos**. Nota técnica 13. Instituto de economia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Paz e Terra, São Paulo, 1999.

COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica: As grandes tendências de mudança**. Economia e Sociedade**, Campinas N° 1, p. 60-87, 1992.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo institucionalistas: Há convergência teórica no pensamento institucionalista?. **Revista de Análise Econômica**, ano 19, n. 6. 2001. Disponível em: http://www.ufrgs.br/fce/rae/ .

DAMANPOUR, F. Organizational innovation: a meta analisys of effects of determinants and moderators. **Academy of Management Jounal** , n^{o} . 34, p. 355-390, 1991.

DOSI, M. NELSON, Richard R. et al. **Institutions and policies shaping industrial development: an introductory note**. Sant'Anna School of Advanced Studies, 2006. Disponível em: http://ideas.repec.org/p/ssa/lemwps/2006-02.html . Acesso em 10/04/2007.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e Espírito Empreendedor – Prática e Princípios**. Pioneira, São Paulo,1986.

FONTES, Suzane. Aprendizagem, redes de firmas e redes de aprendizado: Identificando fatores e mecanismos para o desenvolvimento da capacidade competitiva. In: TEIXEIRA, Francisco. **Gestão de redes de cooperação inter-empresariais: em busca de novos espaços para o aprendizado e a inovação**. Casa da Qualidade, Salvador, 2005.

KLOFSTEN, M.; JONES-EVANS, D. Stimulation of tecnology-based small firms - a casa study of university-industry cooperation. **Technovation**. v. 16, n. 4, p.187-193, 1996.

KNIGHT, K. A descriptive model of the intra-firm innovation process. **Journal of Business**, p. 479-496, out.1967.

LASTRES Helena M. CASSIOLATO, J. E. ARROIO, Ana. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Editora UFRJ, Contraponto, Rio de Janeiro 2005.

LEYDESDORFF, I. ETZKOWITZ, H. **A triple helix of University-Industry-Government relations**. Future location of conference of research. Conference, 1998. New York.

LUNVALL, B. JONHSON, B. Promovendo sistemas de inovação como resposta a uma economia do aprendizado crescentemente globalizada. Contrapondo, Rio de Janeiro, 2005. in: LASTRES, Helena, CASSIOLATO, J. E. ARROIO. Ana. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Editora UFRJ, Contraponto, Rio e Janeiro 2005.

MACULAN, A. M. D. **Analisando o empreendedorismo**. In:Anais do EGEPE Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas. Curitiba. IV EGEPE, 2005. p. 1-20.

METCALFE, J. S. **The entrepreneur and the style of modern economics**. Journal of Evolutionary Economics, 2003. Disponível em: http://hdl.handle.net/10.1007/s00191-004-0210-3. Acesso em 23/12/2006

MOREIRA, Daniel Augusto, QUEIROZ, Ana Carolina S. **Inovação Organizacional e Tecnológica**. Thomsom Learning, 2007.

MOREIRA, Daniel Augusto, QUEIROZ, Ana Carolina S. Inovação: conceitos fundamentais. In: **Inovação Organizacional e Tecnológica**. Thomsom Learning, 2007.

NELSON, Richard R. **What makes an economy productive and progressive? What are the needed institutions?**. Laboratory of Economics and Management Sant'Anna School of Advanced Studies, 2006. Disponível em: http://www.lem.sssup.it/WPLem/files/2006-24.pdf . Acesso em 10/01/2007.

NORTH, Douglass C. **Desempeño economico en el transcurso de los anos**. Conferência em Estocolmo, Suécia, 09 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm., Acesso em 05/09/2006.

NORTH, Douglass C. **Understanding the process of economic change**. Forum series on the role of Institutions in promoting economic growth, USAID, 2003. Disponível em http://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:PR5ngQdVHG4J:www.mercatus.org/pdf/materials/328.pdf+related:PR5ngQdVHG4J:scholar.google.com/. Acesso em 05/01/2007.

PONDÉ, João Luiz S. **Coordenação e Aprendizado: elementos para uma teoria das inovações institucionais nas firmas e nos mercados**. Dissertação de mestrado IE/UNICAMP. Campinas, 1993.

SAVIOTTI, Pier P. **Networks, National Innovation Systems and self organization**. Quarta conferência nacional sobre política de tecnologia e inovação Curitiba, agosto de 2000. Disponível em: http://in3.dem.ist.utl.pt/downloads/cur2000/papers/S26P01.PDF
Acesso em 10/07/2006.

SCHUMPETER, Joseph A. **Economic theory and entrepreneurial history.** In Change and the Entrepreneur, Harvard University Press, 1949. Disponível em: http://www.finep.gov.br/revista_brasileira_inovacao/segunda_edicao/ideias_fundadoras_shumpeter.pdf. Acesso em quinze de outubro de 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. **The theory o economic development**. Nova York: Oxford University, 1961.

STAL, Eva. **Inovação: como vencer esse desafio empresarial**. Clio Editora, São Paulo, 2006.

STAL, Eva. Inovação tecnológica, sistemas de Inovação e estímulos governamentais à inovação. In: MOREIRA, Daniel Augusto, QUEIROZ, Ana Carolina S. **Inovação Organizacional e Tecnológica**. Thomsom Learning, 2007.

VIOTTI, E. B. **National learning systems. A new approach on technical change in late industrializing economies and evidences from the cases of Brazil and South Korea**. Technological Forecasting and Social Change, v. 69, p. 653-680,2002.

ZALTMAN, G., DUNCAN, R, HOLBECK, J. **Innovations and organizations**. Nova York: Jonh Wiley and Sons, 1973.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
Núcleo de Pós-Graduação em Administração
Mestrado Profissional em Administração-Turma 06.

Prezado (o) Alunos (a),

Este questionário é parte integrante da pesquisa de campo para a elaboração da Dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Administração na Universidade Federal da Bahia.

Sua participação é muito importante para nós, pois a partir daí obteremos os dados empíricos necessários para a conclusão do nosso estudo, que trata da percepção do corpo discente da Escola de Administração da UFBA no que tange a questões relacionadas ao empreendedorismo e a inovação.

As respostas a este questionário serão tratadas de forma confidencial no que diz respeito a identificação dos respondentes, ou seja, a sua identidade será preservada.

A pessoa que está aplicando o questionário está apta a responder quaisquer dúvidas em relação ao seu preenchimento. Não hesite em consultá-la caso necessário.

Muito obrigado pela sua colaboração,

Danilo Laborda

Aluno do MPA-6

Questionário

Aluno: _____

Escola em que cursou o último ano do segundo grau:_____

Instituição: Pública ___ Privada____

Data de nascimento: _____/_____/_____

1) Marque abaixo, a alternativa (apenas uma) que mais se aproxima da sua atual situação profissional.

- ☐ Apenas estudo;
- ☐ Estudo, trabalho, e exerço atividade de docência, monitoria ou pesquisa nesta ou em outra instituição.
- ☐ Estudo e, trabalho ou estagio, em instituição de pesquisa pública ou privada;
- ☐ Estudo e, trabalho ou estagio, em empresa (inclusive ONG) pública ou privada;
- ☐ Estudo e, trabalho, em empresa da qual sou sócio;

2) Considerando a sua concepção a respeito do que é empreendedorismo responda: Para você o conceito de empreendedorismo tem que grau de relação com os tópicos abaixo relacionados? Enumere de 5 a 01, sem repetir nenhum número, de acordo com a maior ou a menor intensidade do grau de relação (5 –Relação mais forte 1 – Relação mais fraca).

___ Liderar implementação de uma nova empresa qualquer;

___ Concepção de modelos de gestão, de negócio, produtos, processos e serviços inovadores, ou descoberta de novos mercados;

___ Concepção de modelos e negócios lucrativos;

___ Capacidade de relacionamento interpessoal;

___ Disposição para assumir riscos.

3) Qual o papel da EAUFBA na constituição de um ambiente propício ao processo de inovação e ações empreendedoras?

4) Em relação ao papel individual do professor, como você avalia sua importância na construção desse ambiente favorável ao processo de inovação e a ações empreendedoras?

5) Quais seriam, na sua opinião, os maiores obstáculos encontrados pela Instituição EAUFBA em relação ao incentivo ao empreendedorismo?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

6) Considerando os elementos de incentivo ao empreendedorismo listados abaixo, em que medida a Escola de Administração da UFBA apresenta cada um deles como ponto forte?

Ambiente cooperativo entre estudantes e estes e os professores

1.....2.....3.....4.....5.....6.....7
Ponto fraco Ponto forte

Clima de cooperação e debate em torno dos principais desafios dos novos administradores e as transformações recentes da sociedade

1.....2.....3.....4.....5.....6.....7
Ponto fraco Ponto forte

Debate sobre os desafios da ação empreendedora e dos fatores envolvidos

1.....2.....3.....4.....5.....6.....7
Ponto fraco Ponto forte

Presença de disciplinas e atividades na grade curricular que contribuem para a formação de profissionais aptos para participarem de açoes empreeendedoras;

1.....2.....3.....4.....5.....6.....7

Ponto fraco Ponto forte

Presença de intercâmbio com incubadoras de empresas;

1.....2.....3.....4.....5.....6.....7
Ponto fraco Ponto forte

Presença de empresa júnior;

1.....2.....3.....4.....5.....6.....7
Ponto fraco Ponto forte

Fomento a contato com investidores;

1.....2.....3.....4.....5.....6.....7
Ponto fraco Ponto forte

Incentivo ao intercâmbio com outros cursos universitários e/ou instituições de pesquisa ou órgão de fomento ao empreendedorismo;

1.....2.....3.....4.....5.....6.....7
Ponto fraco Ponto forte

Clima de incentivo ao empreendedorismo, traduzido através do discurso dos professores, palestras, atividades diversas, de conversas constantes entre os alunos sobre o assunto, enfim, da formação de uma ambiente aonde se "respira" e se discute constantemente esse tema. Existência de ambiente propício à cooperação, troca de experiências e formação de trabalhos e empreendimentos coletivos.

1.....2.....3.....4.....5.....6.....7
Ponto fraco Ponto forte

7) Entendendo-se Sistema Nacional de Inovação como o arcabouço de instituições, organizações e as interações entre estas, responsáveis pela criação e adoção de inovações em determinado país ou região, para você, quais os maiores desafios existentes no processo interativo entre a Universidade e outras instituições da sociedade comprometidas com o processo de inovação?

8) Você atualmente lidera ou faz parte da elaboração de um projeto de criação de um produto, serviço ou processo que considera inovador?

- ☐ Sim.
- ☐ Não

<u>Caso Sim, responda as questões de 9 e 10. Caso não, vá para a questão 11</u>.

09) Em que grau você considera este produto, serviço ou processo inovador?

1.....2.....3.....4.....5.....6.....7
Pouco inovador Muito inovador

10)Qual a principal característica inovadora?

- ☐ Descobre novos mercados;
- ☐ Concebe produto inovador;
- ☐ Concebe serviço inovador;
- ☐ Descobre um novo mercado ou aplicação para produto já existente.
- ☐ Outros , cite:_____

11) Caso não,

Qual o motivo para não estar engajado na tentativa de criação de um produto ou serviço inovador: (Marque apenas uma alternativa)

- ☐ Não se aplica, simplesmente não é meu foco profissional;
- ☐ Não existem ou não conheço dentro da Escola matérias, programas ou instrumentos satisfatórios que incentivem tal prática;
- ☐ Apesar da Escola de Administração estimular o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras, considero a conjuntura atual do país inadequada ao desenvolvimento destas iniciativas.

- Falta de um debate mais profundo sobre como a Universidade se insere nessa perspectiva para que seja uma atitude responsável e crítica, para que enriqueça a capacidade empreendedora dos estudantes e do próprio corpo docente. O fator mais importante é o desenvolvimento do espírito cooperativo e solidário.

- Falta de ações mais integradas entre a Universidade e outras instituições envolvidas com o processo de inovação.